



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Fortaleza – CE - 2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119 e 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 133/2013.

Fortaleza – CE - 2013

SUMÁRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA:	7
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	8
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	11
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	12
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	13
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	13
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	15
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	15
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	16
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	17
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	17
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	18
4.1.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS	18
4.1.6.1 FISCPLANTA2	18
4.1.6.2 FISCANIMAL2	19
4.1.6.3 ERRADIMOSCA	20
4.1.6.4 FISCORGEN	20
4.1.6.5 IPVEGETAL2	21
4.1.6.6 PADCLASSIF	22
4.1.6.7 PCEVEGETAL	22
4.1.6.8 VIGIFITO1	23
4.1.6.9 FEBREAFTOS	24
4.1.6.10 PCEANIMAL	25
4.1.6.11 INSPANIMAL	26
4.1.6.12 FISAGROTOX	27
4.1.6.13 FISFECOI	28
4.1.6.14 FISCALSEM1	29
4.1.6.15 FISCINAN	30
4.1.6.16 FISPROVET1	31
4.1.6.17 FISCGENE	32
4.1.6.18 ORGMANEJO 2	32
4.1.6.19 DESENORG	33
4.1.6.20 CETORGAN	34
4.1.6.21 APOIOPEC	35
4.1.6.22 APOIOAGRIC	36
4.1.6.23 FISCONTRATO	37
4.1.6.24 APPRODUTOR	38
4.1.6.25 INFRALOG	39
4.1.6.26 FISCAGRIC	39
4.1.6.27 INOVAGRO	40
4.1.6.28 IG	41
4.1.6.29 MANUT	42
4.1.7 INDICADORES	43
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	58
4.2.1 IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	58
4.2.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	58
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	58
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital	58
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	58
4.2.2.4 Análise Crítica	59
4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	59

4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA -----	60
4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários -----	60
4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação -----	61
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS -----	63
5.1.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS -----	63
5.1.2 ANÁLISE CRÍTICA -----	63
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -----	63
5.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -----	63
5.2.2 ANÁLISE CRÍTICA -----	64
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS -----	64
5.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO -----	64
5.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS -----	65
5.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE -----	65
5.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE -----	66
5.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE -----	67
5.3.6 ANÁLISE CRÍTICA -----	68
5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS -----	68
5.4.1 DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS -----	68
5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral -----	68
5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” -----	69
5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) -----	69
5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ -----	72
5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos -----	72
5.4.1.6 Análise Crítica -----	72
5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ -----	73
5.5.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ -----	73
5.5.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA -----	73
5.5.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA -----	73
5.5.4 BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICA -----	73
5.5.5 PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA -----	73
5.5.6 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS -----	73
5.5.7 COMUNICAÇÕES À RFB -----	73
5.5.8 INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS -----	73
5.5.9 DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DE RENÚNCIA FISCAL -----	73
5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB -----	73
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS -----	74
6.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA -----	74
6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada -----	75
6.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO -----	75
6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade -----	76
6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade -----	76
6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA -----	77
6.1.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS -----	77
6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria -----	77
6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada -----	77

6.1.5 ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS -----	78
6.1.6 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS -----	78
6.1.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO -----	78
6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC -----	78
6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico -----	79
6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos-----	80
6.1.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS-----	80
6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS -----	80
6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO----	80
6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO -----	81
6.2.3 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS -----	81
6.2.4 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA -----	81
6.2.5 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO -----	82
6.2.6 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS -----	82
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS -----	83
7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO-----	85
7.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL-----	85
7.2.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS-----	85
7.2.3 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ-----	85
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)-----	86
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS-----	88
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA -----	90
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO -----	91
10.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO-----	91
10.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO-----	94
10.1.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO -----	96
10.1.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO-----	99
11. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV -----	102
12.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO-----	103
12.1.1 DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS -----	103
12.1.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- 104	104
13 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ -----	105
6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA -----	105
ANEXOS-----	106

LISTAS DE QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	7
QUADRO A.3.1 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	16
QUADRO A.4.11 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	59
QUADRO A.4.14 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	61
QUADRO A.4.15 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO - PI MANUTSFAS.....	62
QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	63
QUADRO A.5.3 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	64
QUADRO A.5.4 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	65
QUADRO A.5.5 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	65
QUADRO A.5.6 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	66
QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	67
QUADRO A.5.8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF).....	68
QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	69
QUADRO A.5.11 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	72
QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF).....	72
QUADRO A.6.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	74
QUADRO A.6.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO EM 31/12.....	75
QUADRO A.6.3 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	75
QUADRO A.6.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	76
QUADRO A.6.5 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	76
QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	106
QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO.....	77
QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	77
QUADRO A.6.9 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	78
QUADRO A.6.10 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	78
QUADRO A.6.11 - REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	79
QUADRO A.6.12 - ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007).....	79

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO.....	80
QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	80
QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.....	81
QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	81
QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	81
QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	82
QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	82
QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	85
QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	85
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	86
QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	88
QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	90
QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	91
QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	94
QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	96
QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO;.....	99

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada:

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará			
Denominação Abreviada: SFA-CE			
Código SIORG: 2789	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130022	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta		CNPJ: 00.396.895/0018-73	
Principal Atividade: Agricultura			Código CNAE: 8413
Telefones/Fax de contato:	(085) 3455-0004	(085) 3455-9202	(085) 3455-9250
Endereço Eletrônico: gab-ce@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br/			
Endereço Postal: Av dos Expedicionários, 3442 - Benfica Cep: 60.410-410, Cidade, Fortaleza-Ceará			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A SFA/CE utiliza os manuais técnicos elaborados pelo MAPA, por meio do site http://intranet.agricultura.gov.br			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS INSTITUCIONAIS

A Superintendência Federal de Agricultura desenvolve suas atividades com amparo legal previsto na Portaria N° 428/MAPA, de 09 de junho de 2010.

UNIDADES DE ASSISTÊNCIA DIRETA

SePA – Seção de Planejamento e Acompanhamento: promover o processo de gestão estratégica, e operacional; elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária; orientação do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias; orientação e acompanhamento de execução das ações (projetos e atividades) constantes do Plano Plurianual; elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária; execução, acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Gestão Pública; orientação para avaliação e revisão de indicadores de desempenho e demais instrumentos de gestão; elaborar relatórios, periódicos e anuais; apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos; acompanhar auditorias técnico-fiscais; consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação: promover o processo de gestão estratégica e atividades de comunicação visual; auxiliar na divulgação de notícias e informações; manter atualizado cadastro de autoridades do setor público; providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos; coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática.

UNIDADES DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA

DDA – Divisão de Defesa Agropecuária: coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de vigilância zoossanitária e fitossanitária. (SISA, SISV e SEFAG)

SISA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal: programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal.

SISV - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal: programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal.

SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários: programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de fiscalização de insumos pecuários e de fiscalização de insumos agrícolas.

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário: promover, orientar acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário (SESAG).

SESAG – Serviço de Suporte Agropecuário: promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário do estado.

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DE EXECUÇÃO FINALÍSTICA

UVAGRO – Serviço de Vigilância de Produtos Agropecuários, UVAGRO/Aeroporto Internacional Pinto Martins, UVAGRO/Porto de Fortaleza e Porto do Pecém/ce, coordenadas pela Divisão de Defesa Agropecuária: executar as atividades de fiscalização agropecuária: examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos: aplicar medidas de desinfecção e desinfestação em animais e vegetais: expedir certificados sanitários e fitossanitários: análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação; propor quarentena agropecuária.

UNIDADES DE APOIO OPERACIONAL

SAD - Serviço de Apoio Administrativo: coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais, delegando-a, às seções subordinadas: SGP, SEOF e SAG.

SGP – Seção de Gestão de Pessoas: promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados; orientar a execução das atividades, registros funcionais, preparo de pagamento de pessoal, concessões de férias, licenças e aposentadorias, benefícios sociais e assistenciais, exames médicos periódicos: identificar as necessidades de desenvolvimento de competências; cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares; prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais.

SEOF – Seção de Execução Orçamentária e Financeira: processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados; efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas; executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI; analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias; verificar e registrar a conformidade de gestão.

SAG – Seção de Atividades Gerais: promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância. (SMAP, SCC, SMP, Setor de Transporte e Setor de Protocolo).

SMAP – Setor de Manutenção Predial: acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; promover e orientar mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; vistoriar as condições de infra-estrutura física dos bens imóveis e manter atualizados os registros cadastrais, instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios.

SCC – Setor de Compras e Contratos: promover: apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao pregoeiro; providências requeridas para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra; receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras; controlar prazos estabelecidos para entrega de materiais e execução de serviços, bem como informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas; cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; elaborar minutas de editais e de instrumentos contratuais ou congêneres; providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes; manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG;

SMP – Setor de Material e Patrimônio: controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido; classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil; proceder à redistribuição de bens de consumo; manter a documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizada e atualizada; registros, bem como guarda dos materiais de consumo e permanente e promoção da conservação devida; coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; classificar, e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, bem como controlar a distribuição; proceder a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal; executar os procedimentos de alienação de bens móveis; providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis.

Setor de Protocolo: receber, distribuir e expedir a documentação corrente; classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no Sistema SIGID; sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental; receber e expedir malotes.

Setor de Transporte: manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos; orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos; promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis; acompanhar, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços, relacionado aos veículos; detalhar o Plano Anual de Aquisição de Veículos PAAV, bem como a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos.

1.3 Organograma Funcional



1.4 Macroprocessos Finalísticos

Neste tópico a Portaria TCU nº 150/2012 recomenda indicar quais os macroprocessos finalísticos e como foram conduzidos pela Unidade.

Os macroprocessos finalísticos que compõem a Cadeia de Valor da administração direta do MAPA, estão em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal – SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21.08.2009.

A Cadeia de Valor se refere ao conjunto de atividades desenvolvidas pela instituição para satisfazer as necessidades da sociedade. Por sua vez, os macroprocessos se referem ao conjunto de processos executado de forma ordenada para a realização dos objetivos e metas da instituição.

Os macroprocessos estabelecidos para a administração direta do MAPA são os seguintes: a), Defesa Agropecuária, b). Desenvolvimento Agropecuário, c)- Política Agrícola, d). Cooperativismo e Associativismo Rural, e). Execução do Plano da Lavoura Cacaueira, f). Meteorologia e Climatologia, g). Política de Agroenergia, h). Política Cafeeira e i). Relações Internacionais do Agronegócio.

Os programas e ações predominantemente realizados pela Unidade estão associados aos macroprocessos de Defesa Agropecuária, Desenvolvimento Agropecuário e Política Agrícola. A condução desses macroprocessos para o cumprimento das competências institucionais está demonstrada nos resultados, consubstanciados no presente Relatório de Gestão, envolvendo ações de fiscalização, inspeção, vigilância agropecuária, prevenção, controle de doenças, pragas e contaminantes de produtos agropecuários, apoio e fomento ao desenvolvimento de cadeias produtivas da agropecuária, agricultura orgânica, indicação geográfica, dentre outras.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Neste tópico, a Portaria TCU nº 150/2012 recomenda indicar quais os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da Unidade e como foram conduzidos, no exercício.

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da administração direta do MAPA, classificados como Macroprocessos de Governança e Administração Interna, conforme se apresenta, a seguir:

Macroprocesso de Governança: Gestão Institucional

Macroprocessos de Administração Interna:

a).Administração de Pessoal, b). Assessoramento Jurídico, c).Articulação Institucional, d).Articulação Política, e). Comunicação Institucional, f).Contabilidade Pública, g).Documentação e Informação Agropecuária, h).Desenvolvimento Organizacional e Inovação, i).Desenvolvimento de Pessoas, j).Interação com a Sociedade e Servidores, l).Logística e Serviços Gerais, m). Procedimentos Disciplinares e n). Tecnologia da Informação.

Na condição de órgão da administração direta do MAPA, a SFA/CE, cotidianamente, recebe recomendações, orientações, assessoramento, capacitação em todos os campos dos macroprocessos de apoio, os quais são essenciais para o funcionamento regular da Unidade. Da mesma forma que os macroprocessos, a sua condução para o cumprimento das competências institucionais podem ser percebidas nos resultados consubstanciados neste Relatório de Gestão

1.6 Principais Parceiros

- a) Secretaria do Desenvolvimento Agrário-SDA;
- b) Assembléia Legislativa do Ceará (Comissões de Agropecuária, de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido;
- c) Embrapa – Agroindústria Tropical;
- d) Conselho de Segurança Alimentar - Consea (Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Ceará);
- e) Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará – FETRAECE.
- f) Rede Nacional de Mobilização Social – COEP.

INTRODUÇÃO

Este relatório é um instrumento fundamental que tem como referencia mostrar aos órgãos de controle da união, o detalhamento das estratégias adotadas de atuação das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados com avaliação da eficiência e da eficácia, através dos atos de gestão praticados pela Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará, durante o exercício de 2012.

O relatório apresenta informações relevantes sobre a gestão de pessoas, contratos e convênios, controles internos, gestão ambiental e licitações, gestão de bens imóveis de uso especial, gestão de tecnologia de informação, gastos com cartão de pagamento do Governo Federal, e a evolução do cumprimento das recomendações dos órgãos de controle interno e externo, ocorrida no decorrer do exercício de 2012.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará no exercício de referencia do relatório decorreram em face do quadro limitado de recursos humanos ocorrido com a perda efetiva de servidores sem reposição suficiente, e também dos limites orçamentários impostos para atender despesas com diárias e passagens, e de outros fatores recorrentes relacionados a exercícios anteriores.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Para institucionalização da estratégia e conseqüente cumprimento de sua missão os valores pertencentes à cultura do MAPA terão papel preponderante nos: no comprometimento, (consecução dos objetivos); da eficiência e eficácia (ações desenvolvidas com focos de resultados e soluções, com custos e prazos compatíveis e competitivos); estratégia (futuro planejado minimizando a improvisação); ética (honestidade e conduta ética); foco no cliente (atender as demandas que promovam o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio); inovação (nos produtos e serviços); liderança (implementação de políticas públicas e prestação de serviço); organização (normas claras e explícitas); respeito (fazer diferença na oportunidade de amadurecimento e evolução dos conceitos e idéias); trabalho e equipe (integrada e interdisciplinar) e transparência (comunicação a sociedade das ações, resultados e a aplicação de recursos públicos de forma acessível, freqüente e clara).

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

- A superintendência vem priorizando a modernização, reorganização e reaparelhamento de seus serviços e processos em todas as áreas.
- Os objetivos finalísticos de sua atuação serão garantir a qualidade e a sanidade, dos insumos, dos produtos e de rebanhos, promovendo o desenvolvimento e a competitividade do agronegócio cearense e brasileiro.
- A superintendência do Ceará está focada na ação e transformação, tomando como meta, a perspectiva da sociedade, do agronegócio, de processos internos e de pessoas, com a finalidade de chegar 2015 atingindo a meta de: "Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio".

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4 Sistema de Correição

Não há estrutura física adequada. Não houve Instauração de Sindicâncias, nem Processos Administrativos Disciplinares nos anos de 2011 e 2012.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Não houve Processo de Correição.

Esta SFA/CE (através da Interlocutora/cadastrador, vem informando através de formulários padronizados à Coordenação Geral de Procedimento Disciplinares/MAPA se houve ou não abertura de procedimentos disciplinares instaurados/julgados no âmbito desta Superintendência, no exercício de 2012.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas

4.1.6.1 FISCPLANTA2

Identificação da Ação						
Código	2180					
Descrição	Vigilância e Fiscalização Do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos					
Unidade Responsável	DDA/SFA-CE/SDA/MAPA					
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
45.180,00	33.766,24	45.180,00	33.766,24		11.413,76	33.766,24
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização Realizada	Unidade	32.080	42.691	45.180,00	45.180,00

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** A meta atingida foi maior do que a prevista em função de diversos fatores, como por exemplo: a safra de frutas maior do que a esperada resultando em maior quantidade de contentores a serem fiscalizados; problemas resultantes de perdas de safra ou dificuldade de produzir por fatores climáticos e condições financeiras dos países da Comunidade Européia e dos EUA; Abertura de novos mercados de exportação como Egito, Rússia, Israel, etc. Um aumento expressivo nas fiscalizações de embalagens e suportes de madeira por conta das indústrias a serem instaladas ou em instalação na Zona Industrial do Porto do Pecém; Aumento do número de passageiros e bagagens acompanhadas fiscalizadas no Aeroporto Pinto Martins, por conta do aumento da amostragem de fiscalização feita pela Receita Federal do Brasil.
- **Eventuais problemas de execução:** A maior dificuldade é a falta de Fiscais Federais Agropecuários para atuarem, principalmente no Porto do Pecém e no Aeroporto Pinto Martins, em função de aposentadorias de servidores
- **Restos a pagar:** Os restos a pagar foram em função de datas de pagamentos, por tanto foram transferidos para o mês de janeiro de 2013 pela área financeira da SFA-CE.
- **Indicador:** O indicador, produto a ser alcançado, foi definido pela Coordenação do VIGIAGRO/SDA/MAPA como sendo “FISCALIZAÇÃO REALIZADA”. Ela é obtida pela somatória mensal do número de requerimentos para fiscalização de produtos agropecuários, termos de vistoria de navio/compartimentos, pelo número de requerimento para fiscalização de embalagens e suportes de madeira e termos de fiscalização de bagagem acompanhada e encomendas, quando couber. Observamos que é um trabalho tipicamente de resposta às demandas de importações e exportações.

4.1.6.2 FISCANIMAL2

Identificação da Ação						
Código		2181				
Descrição		Vigilância e Fiscalização Do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos				
Unidade Responsável		DDA/SFA-CE/SDA/MAPA				
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
38.793,76	38.793,76	38.793,76	30.488,88		8.304,88	29.588,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização Realizada	Unidade	33.965	29.237	38.793,76	38.793,76

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** A meta atingida foi menor do que a prevista em função de diversos fatores, como por exemplo: constantes interrupções nas exportações de carne bovina para Rússia em função de ajustes técnicos e de higiene exigidos pela República Russa; Redução drástica nas exportações de camarão e de lagosta.
- **Eventuais problemas de execução:** Não ocorreram problemas para a execução desta ação.
- **Restos a pagar:** Os restos a pagar foram em função de datas de pagamentos, por tanto foram transferidos para o mês de janeiro de 2013 pela área financeira da SFA-CE.
- **Indicador:** O indicador, produto a ser alcançado, foi definido pela Coordenação do VIGIAGRO/SDA/MAPA como sendo “FISCALIZAÇÃO REALIZADA”. Ela é obtida pela somatória mensal do número de requerimentos para fiscalização de produtos agropecuários, termos de vistoria de navio/compartimentos, pelo número de requerimento para fiscalização de embalagens e suportes de madeira e termos de fiscalização de bagagem acompanhada e encomendas, quando couber. Observamos que é um trabalho tipicamente de resposta às demandas de importações e exportações.

4.1.6.3 ERRADIMOSCA

Identificação da Ação						
Código		4738				
Descrição		Erradicação da mosca da carambola - ERRADMOSCA				
Unidade Responsável		Serviço de inspeção e sanidade vegetal SISV/DDA/SFA-CE				
Unidade Orçamentária		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Área controlada	ha	14.882.560	14.882.560	0	0

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica

- **Principais resultados:**

Foi realizado o monitoramento dos principais pontos de risco de ingresso da praga (Porto do Mucuripe, Porto do Pecém, Aeroporto Internacional Pinto Martins, CEASA – Fortaleza e CEASA – Tianguá). O monitoramento em outros locais estratégicos dentro do Estado é realizado pela Agência de Defesa Agropecuária, ADAGRI.

Todo o material necessário a instalação das armadilhas é fornecido pelo MAPA através do SISV, não sendo necessário, portanto, recursos para tal procedimento.

- **Principais problemas:**

Mesmo sabendo-se que o risco do Ceará em relação à entrada da praga é de pequeno a médio grau, prover a atividade com algum recurso, suficiente o bastante para a realização de pelo menos uma auditoria anual naquelas áreas sob o controle da ADAGRI.

4.1.6.4 FISCORGEN

Identificação da Ação						
Código		4745				
Descrição		Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados				
Unidade Responsável		Serviço de inspeção e sanidade vegetal SISV/DDA/SFA-CE				
Unidade Orçamentária		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.043,99	5.043,99	5.043,99	5.043,99	5.043,99	-	5.043,99
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização em Unidades Experimentais de Organismos Geneticamente Modificados (OGM)	Um	43	57	5.043,99	5.043,99

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica

• **Principais resultados:** foram realizadas fiscalizações em plantios experimentais envolvendo Organismos Geneticamente Modificados - OGM. O resultado acima do previsto se deu, devido à formação de novos campos de OGM.

4.1.6.5 IPVEGETAL2

Identificação da Ação						
Código		8939				
Descrição		Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal - IPVEGETAL				
Unidade Responsável		Serviço de inspeção e sanidade vegetal SISV/DDA/SFA-CE				
Unidade Orçamentária		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
36.083,81	35.174,00	35.174,00	29.211,00	-	-	29.211,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Estabelecimentos inspecionados	Fiscalização	120	104	36.083,81	29.211,00

Fonte: SIPLAN; POA-2012-CGV-B-IPVEGETAL2; RELATÓRIO MENSAL SISV/SFA-CE.

Análise do Resultado Alcançado

Eficiência

Houve eficiência nas atividades de inspeção/fiscalização de estabelecimentos de vinhos, bebidas em geral e vinagres, tendo em vista que o custo unitário realizado de inspeção em relação ao custo unitário programado de inspeção ter sido de R\$ 93,40%

Eficácia

Houve eficácia média na atividade de inspeção/fiscalização de estabelecimentos de vinhos, bebidas em geral e vinagre, visto o percentual da quantidade de estabelecimentos inspecionados em relação à quantidade programada ter sido de 87%

Análise Crítica

• **Cumprimento das metas:**

O resultado alcançado referente ao cumprimento da meta programada – FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECEMENTOS - atingiu nível satisfatório de execução (87 %).

• **Eventuais problemas de execução:**

Limitações de ordem orçamentária/financeira, face ao contingenciamento dos recursos do MAPA.

• **Restos a pagar:**

Os créditos disponíveis no final do ano de 2012 ocorreram devido à liberação de recurso no último mês não sendo possível a atuação da fiscalização em tão curto prazo de tempo.

4.1.6.6 PADCLASSIF

Identificação da Ação						
Código		4746				
Descrição		Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais				
Unidade Responsável		Serviço de inspeção e sanidade vegetal SISV/DDA/SFA-CE				
Unidade Orçamentária		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
30.028,29	27.682,26	29.858,55	27.682,26	-	-	27.682,26
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização de estabelecimentos	Fiscalização	80	198	29.858,55	27.682,26

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise do Resultado Alcançado

Eficiência

Houve eficiência nas atividades de ação padronização e classificação de produtos vegetais, tendo em vista que o custo unitário realizado de fiscalização em relação ao custo unitário programado ter sido de -150,80%. O número de fiscalizações alto se deu aos estabelecimentos fiscalizados na região metropolitana de Fortaleza.

Eficácia

Houve eficácia na ação padronização e classificação de produtos vegetais, visto o percentual da quantidade de estabelecimentos fiscalizados em relação à quantidade programada ter sido de 125 %.

4.1.6.7 PCEVEGETAL

Identificação da Ação						
Código		8572				
Descrição		Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais - PCEVEGETAL				
Unidade Responsável		Serviço de inspeção e sanidade vegetal – SISV/DDA/SFA-CE				
Unidade Orçamentária		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.890.863,04*	4.860,60	1.890.863,04	1.890.863,04	-	-	4.860,60
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

e m						
	Área controlada	ha	286.343	286.343	1.890.863,04	4.860,60

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

* O convênio Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Vegetal de 2012 orçado em R\$ 1.999.956,90 ficando o mesmo inscrito em restos a pagar processados. Compreende os PIs VIGIFITO1 e PCEVEGETAL, distribuído em Custeio e Investimento.

Meta Financeira	Previsão (A)	Execução (B)	Desempenho B/A x 100 (%)
3390.14: Diárias	2.165,99	2.165,99	100%
3390.33: passagens e locomoção	2.850,00	2.694,61	94%
333041: contribuições	387.397,05	387.397,05*	100%

* pagamento será realizado em 2013

Análise Crítica:

a) Principais resultados: Foram certificadas 72 partidas de cucurbitáceas, na origem, para exportação aos EUA, produzidas dentro da área livre de *Anastrepha grandis*. O SISV não fez levantamento para avaliar a presença de pragas quarentenárias em 2012. Pareceres Técnicos Fitossanitários para exportação/importação - 52

b) Principais problemas: falta de harmonização entre os procedimentos adotados na realização de levantamentos fitossanitários, bem como ausência de procedimentos fiscais, previstos em norma, sobre atuação nos casos de inobservância dos instrumentos normativos

4.1.6.8 VIGIFITO1

Identificação da Ação						
Código 0357		2134				
Descrição		Vigilância e fiscalização do transito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO				
Unidade Responsável		Serviço de inspeção e sanidade vegetal- SISV/DDA/SFA-CE				
Unidade Orçamentária		22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
139.729,86*	25.620,01	139.779,86	135.087,89	-	-	20.834,74
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização realizada	Fiscalização	70.000	58.332	139.779,86	20.834,74

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

* O convênio Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Vegetal de 2012 orçado em R\$ 1.999.956,90 ficando o mesmo inscrito em restos a pagar processados. Compreende os PIs VIGIFITO1 e PCEVEGETAL, distribuído em Custeio e Investimento.

Meta	Previsão (A)	Execução (B)	Desempenho B/A x 100 (%)
Financeira			
3390.14: Diárias	12.578,41	11.847,73	95%
3390.30: Material de consumo	8.699,49	8.699,49	100%
3390.33: Passagem aérea	5.149,90	5.149,90	100%
3390.36: Serviço de terceiros – pessoa física	879,70	879,70	100%
339033: passagens e despesas com locomoção	3.862,00	3.100,71	81%
333041: contribuições	114.109,85	114.109,85*	100%
Total:	ND	-	NC
Física			
Fiscalização de partidas para exportação na origem	NC	72	NC
Supervisão de barreiras fitossanitárias	01	01	100%
Fiscalização nas barreiras (produtos fiscalizados)	70.000	58.332	84 %
Total:	NC	NC	NC

ND = não determinado / NC = não calculado

Fonte: Plano Operativo 2011 e Relatório do

* Até o momento o valor da contribuição não foi paga, mas está empenhado para pagamento

Análise Crítica:

a) Principais resultados: foi realizada uma supervisão em uma barreira fitossanitária administrada pela ADAGRI/CE, que tem o objetivo de controlar o trânsito de vegetais no que diz respeito à sanidade agropecuária. 72 fiscalizações de partidas para exportação na origem de *curcubitaceas* para o EUA (2660,916 kg)

b) Principais problemas: a falta de legislação disciplinando o assunto é o principal problema para a supervisão de barreiras. Embora essa questão já tenha sido relatada, por diversas vezes, até o momento nenhuma norma referente às barreiras zoofitossanitárias não foi publicada.

4.1.6.9 FEBREAFTOS

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	4842					
Descrição	PI - FEBREAFTOS					
Unidade Responsável	SISA/DDA/SFA-CE					
Unidade Orçamentária	SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados	
28.483,56	25.606,36	25.606,36	25.606,36	25.606,36	2.867,20	25.606,36
Metas do Exercício Para a ação						

Ordem	Descrição	Unidade de medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Supervisão/fiscalização	um	40	40	28.483,56	25.606,36

Análise crítica:

Cumprimento das metas: No PPA 2012 o PI- FEBREAFTOS tem como unidade de medida do produto da ação “Km²”. de área declarada de livre de febre aftosa com vacinação ou sem vacinação reconhecido pela “Organização Internacional de Epizootia” – OIE, que não é o perfil sanitário do Estado do Ceará.

A Coordenação nacional do PI – FEBREAFTOS do MAPA recomendou ao responsável técnico do PI, para manter o procedimento com o acompanhamento das atividades do órgão oficial do estado, fazendo **auditorias/supervisões** internas nas Unidades Veterinárias Locais, Postos de Fiscalizações e Escritório de Atendimento a Comunidade – EAC, utilizando o formulário específico elaborado pela coordenação. Foram realizados 15 auditorias/internas nas unidades veterinárias locais – UVL, 11 auditorias/internas nos postos fixos (Barreiras fitozoosanitárias) e 10 auditorias/internas nos escritórios de atendimento a comunidade – EAC da EMATERCE e Prefeituras e 4 supervisões em revendas de vacinas contra febre aftosa. O desempenho operacional do PI: FEBREAFTOS no SISA/DDA/SFA/CE foi feito baseado nos índices alcançados de acordo com as recomendações do Plano Operativo Anual – P.O.A.

No exercício do ano de 2012, o serviço oficial de sanidade Animal do Estado foi submetido às auditorias do MAPA, onde o estado do Ceará continuou mediante a avaliação a classificação de “médio risco” para febre aftosa, conforme instrução Normativa N° 43 de 17/12/09, publicada no DOU de 22/12/2009.

- **Eventuais problemas de execução:** Um dos problemas é que devido a necessidade de fiscalizar e supervisionar as ações e metas a serem cumpridas, que são de grande importância ao Serviço de Inspeção e Saúde Animal (SISA), 40 diárias por servidor anualmente, fica limitado e a desejar ao cumprimento dos trabalhos programados.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** A superação das metas estabelecidas deve-se ao fato dos responsáveis pelos programas em saúde animal não medirem esforços para o desenvolvimento das mesmas, apesar das dificuldades pela limitação do número de diárias. Porém, contamos com o apoio do gestor local e também dos gestores a nível central para atender os objetivos recomendados pelo MAPA.
- **Restos a pagar:** As despesas foram quitadas na sua totalidade no exercício de 2012.

4.1.6.10 PCEANIMAL

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	8658					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Unidade Responsável	SISA/DDA/SFA-CE					
Unidade Orçamentária	SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados	
94.534,82	87.562,05	94.430,41	87.562,05	57.302,38	-	87.562,05

Metas do Exercício Para a ação						
Ordem	Descrição	Unidade de medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Supervisão/Fiscalização	um	137	151	57.612,91	43.354,18

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Analise critica:

- **Cumprimento das metas:** As metas programadas foram atingidas acima da sua totalidade, com o percentual de 110,21% e com melhor eficiência. Devemos salientar que a saúde animal é de grande importância para que estes resultados de supervisão e fiscalização sejam cumpridos. As ações em saúde animal têm como propósito definir diretrizes e responsabilidades institucionais, por vistas a criar condições para proteger, a saúde do rebanho nacional e prevenir a saúde pública.
- **Eventuais problemas de execução:** Um dos problemas é que devido a necessidade de fiscalizar e supervisionar as ações e metas a ser cumpridas, que são de grande importância ao Serviço de Inspeção e Saúde Animal (SISA), 40 diárias por servidor anualmente, fica limitado e a desejar ao cumprimento dos trabalhos programados.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** A superação das metas estabelecidas deve-se ao fato dos responsáveis pelos programas em saúde animal não medirem esforços para o desenvolvimento das mesmas. Apesar das dificuldades pela limitação do número de diárias. Porém, contamos com o apoio do gestor local e também dos gestores a nível central para atender os objetivos recomendados pelo MAPA.
- **Restos a pagar:** As despesas foram quitadas na sua totalidade no exercício de 2012.

4.1.6.11 INSPANIMAL

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
Código	8938					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Unidade Responsável	SISA/DDA/SFA-CE					
Unidade Orçamentária	SDA/MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não processados	
157.880,10	140.872,16	154.648,74	140.872,16	-	3.598,22	140.872,16
Metas do Exercício Para a ação						
Ordem	Descrição	Unidade de medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Supervisão/Fiscalização	um	290	314	126.694,76	110.836,86

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Analise critica:

- **Cumprimento das metas:** De acordo com o POA 2012, foi alcançado o percentual de 100,00% das metas previstas, que toma como base o número de 47 estabelecimentos sob SIF e 50 sob ER no estado do Ceará. Na meta prevista para realização de 290 Supervisões/Fiscalizações em estabelecimentos sob SIF/ER, foram efetivamente realizados 314, com o desempenho alcançado de 108,25% com melhor eficiência em relação ao custo previsto. A superação das metas decorreu da necessidade de se avaliar com maior profundidade os Programas de Verificação

Oficial dos Programas de Autocontrole das empresas inspecionadas assegurados em prol da saúde dos consumidores dos produtos de origem animal fiscalizados pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA.

- **Eventuais problemas de execução:** O evento que merece ser destacado é o limite dos números de diárias (40 diárias) para os servidores responsáveis pela fiscalização e supervisão das atividades de inspeção e da verificação oficial dos programas de autocontrole das empresas. Não obstante o fato para podermos obter a concessão de um novo limite de diárias, existe entrave burocrático demasiado, em razão de uma autorização da divisão administrativa a nível central e o gestor da SFA/CE fica impedido de agilizar o atendimento de demandas para viabilizar com mais abrangência e agilidade a designação de um servidor para executar as fiscalizações e supervisão que se fazem necessárias em razão das metas estabelecidas.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** Merece destacar que os eventos que promoveram a superação das metas estabelecidas decorreu de esforços demandados pelos servidores e ao mesmo tempo em decorrências de liberação de recursos orçamentários e financeiros, apesar das dificuldades de limitação do número de diárias por servidor, entretanto destaca-se ainda, a boa vontade do gestor local que não tem medido esforços para que as metas estabelecidas pelo serviço sejam atendidas com efetividade eficiência e eficácia, somado aos esforços de interlocução que tem sido feito com vários gestores a nível central para otimizar os objetivos preconizados pelo MAPA.
- **Restos a pagar:** Sem prejuízo, refere-se às despesas que não conseguiram ser quitadas no exercício de 2012, devendo ser liquidadas em janeiro/2013.

4.1.6.12 FISAGROTOX

Identificação da Ação						
Código	2909					
Descrição	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					
Unidade Responsável	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-CE					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.410,94	24.030,94	20.750,26	15.750,26	15.750,26	5.000,00	15.750,26
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização realizada	Fiscalização	75	70	24.030,94	15.750,26

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica:

Ao longo do ano, foram realizadas ações conjuntas com outros órgãos de fiscalização, a saber: a) Grupo de trabalho sobre agrotóxicos ligado ao Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CEG/FDID), b) Apoio a treinamentos para fiscais da ADAGRI, c) Apoio a treinamentos para fiscais do CREA-CE.

Ressalta-se que o FFA Francisco Leandro de Paula Neto trabalhou também na fiscalização da área de fertilizantes, inoculantes e corretivos e sementes e mudas em menor escala. Por fim, houve demanda mensal para plantões na inspeção vegetal da UVAGRO-PECÉM. Houve também a demanda para a fiscalização de empresas de aviação agrícola por parte do FFA Francisco Leandro de Paula Neto, único fiscal da SFA-CE que tem o curso de Coordenador de aviação agrícola, exigido pela norma para atuar na fiscalização.

A meta de fiscalizações com base no previsto inicial (Eficácia=70/75= 93,33%) foi prejudicada por conta da demanda por viagens e ações junto a outros PI's conforme já mencionado. O envio de amostras de produtos para laboratório credenciado só será iniciado no segundo semestre de 2013.

Com relação a aplicação de recursos, verifica-se que aplicamos somente 65,54% do liberado, sendo menor que a dotação final realizada (R\$ 24.030,94) se deveu em primeiro lugar a não aplicação de R\$ 5.000,00 destinados ao pagamento de envio de amostras de agrotóxicos o qual não foi aplicado pois a licitação para o laboratório destinado a análise encerrou seu prazo de vigência. Além disso, houve ajustes na liberação por parte da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA em Brasília e a indefinição de procedimentos para a liberação de um número maior de diárias acima do limite de 40 por fiscal por parte da Secretaria executiva.

4.1.6.13 FISFECOI

Identificação da Ação						
Código	2141					
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
Unidade Responsável	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-CE					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
18.508,00	17.784,00	14.808,04	14.808,04	14.808,04	0,00	14.808,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização realizada	Fiscalização	110	148	17.784,00	14.808,04

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica:

A meta de fiscalizações com base no valor corrigido (Eficácia=110/148=134,55%) foi superada por conta do número de fiscalizações em estabelecimentos comerciantes por parte de equipe (faixa etária maior), que se concentrou em roteiros com esse perfil. De fato, houve sobrecarga de ações ocasionada pelo trabalho com outros PI's (fiscalização nas áreas de agrotóxicos, sementes, aviação agrícola e plantões na inspeção vegetal na UVAGRO-PECEM), assim como o pequeno número de agrônomos no setor frente a demanda, a qual só aumenta ano após ano com a criação de mais estabelecimentos produtores e importadores. Outro fator que modificou o perfil de fiscalizações foi a forte seca que atingiu o Nordeste em 2012, reduzindo drasticamente a produção e compra de insumos agrícolas para pequenas propriedades.

Com relação à aplicação de recursos, verifica-se que aplicamos 83,27% do liberado, sendo menor que a dotação final realizada (R\$ 17.784,00) isso ocorreu em face da não aplicação de R\$ 1.500,00 destinados ao pagamento de passagens aéreas pois os deslocamentos do Fiscal Federal Agropecuário Francisco Leandro de Paula Neto para eventos onde ocorriam reuniões do presente PI foram pagos pelo PI FISAGROTOX tendo em vista que as reuniões ocorriam de forma concomitante. Além disso, houve ajustes na liberação por parte da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins – CGAA em Brasília e a indefinição de procedimentos para a liberação de um número maior de diárias acima do limite de 40 por fiscal por parte da Secretaria executiva.

4.1.6.14 FISCALSEMI

Identificação da Ação						
Código	2179					
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudanças					
Unidade Responsável	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-CE					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
50.329,88	45.174,35	49.823,94	45.174,35	-	-	45.174,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização realizada	Fiscalização realizada	614	341	33.703,94	31.156,28

Fonte: SIPLAN 2012 E SIAFI 2012.

Análise Crítica

Para o ano de 2012, foram programados no PI FISCALSEM1, pela Coordenação de Sementes e Mudas – CSM/DFIA/MAPA, um total de 614 fiscalizações, direcionados ao universo dos agentes envolvidos na produção e comercialização de sementes e mudas do Estado do Ceará, acima descritos. Porém, como em março de 2012, foi publicado o decreto presidencial que restringia o quantitativo de diárias por servidor, a até 40 diárias/ano (20 por semestre), foi realizada uma correção no número de fiscalizações no Sistema de Planejamento – SIPLAN, para 280 fiscalizações. Ressalte-se que, para o cumprimento do total inicial, estavam incluídos 4 FFA's trabalhando, sendo que 1 FFA saiu do projeto e o segundo com atuação reduzida em razão de se encontrar em processo de aprendizagem do serviço. Visando corrigir uma possível redução nas fiscalizações, no segundo semestre do exercício, foi dado ênfase maior na Região Metropolitana de Fortaleza, que somente demanda gastos com combustíveis. Desse modo, obtivemos um número maior de fiscalizações do que o reprogramado, com um custo financeiro menor.

4.1.6.15 FISCINAN

Identificação da Ação						
Código		2124				
Descrição		Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal				
Unidade Responsável		Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-CE				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.534,41	31.350,41	31.530,41	31.175,02	-	-	31.175,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização de estabelecimentos	Fiscalização	500	242	30.830,41	30.342,05

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica

A meta física estabelecida pela Coordenação de Produtos para Alimentação Animal – CPAA/DFIP/SDA/MAPA, no início do ano de 2012, foi de 500 fiscalizações para o referido ano. Entretanto, em virtude da publicação do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, que estabeleceu limites para a realização de gastos com diárias e passagens, no âmbito do Poder Executivo federal, a meta física foi corrigida para 255 fiscalizações.

A meta realizada de fiscalizações de estabelecimentos com base no valor corrigido (242) ficou abaixo do previsto (255) devido à greve dos Fiscais Federais Agropecuários no mês de agosto de 2012.

Com relação à aplicação de recursos, verifica-se que 98,86% do programado na LOA 2012 foi aplicado. Não houve restos a pagar.

- **Indicador:**

O indicador de gestão, produto a ser alcançado, foi definido como sendo “Fiscalização Realizada”, em que se pode calcular sua eficácia e eficiência, conforme tabela de indicadores em anexo.

4.1.6.16 FISPROVET1

Identificação da Ação						
Código	2140					
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário					
Unidade Responsável	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-CE					
Unidade Orçamentária	22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
30.770,23	23.374,77	23.374,77	23.374,77	-	-	23.374,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Supervisão das Unidades Locais da ADAGRI	Supervisão	12	20	30.770,23	23.374,72
01	Fiscalização de estabelecimentos produtores	Fiscalização	5	4	-	

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica

O valor alcançado acima do estimado com relação ao previsto inicialmente decorreu do fato de darmos uma ênfase à Região Metropolitana e a partir deste ano não executarmos mais atividades de fiscalização, ficando estas restritas somente ao reduzido número de estabelecimentos fabricantes registrados neste SEFAG/CE. As supervisões são executadas nas Unidades Locais da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI, as quais desde o início deste ano, vêm efetuando a fiscalização dos estabelecimentos comerciantes/distribuidores dos produtos de uso veterinário, em face do Termo de Acordo firmado entre a SFA/CE e ADAGRI, publicado no DOU de 28/11/11. Ressalte-se ainda que em face da greve dos servidores federais ocorrida em agosto do ano em curso, foi necessário incrementar essas supervisões na área metropolitana, de modo a se atingir os parâmetros iniciais. Vale ressaltar que os Fiscais Estaduais Agropecuários, lotados nas Unidades Locais sediadas nas cidades do interior e área metropolitana de Fortaleza, carecem de um treinamento mais aprofundado, considerando-se que os mesmos só têm recebido algumas orientações quando são por nós auditados e ao nos acompanharem nas visitas de fiscalização efetuadas nos estabelecimentos comerciantes/distribuidores. Urge, pois, a liberação de

recursos no ano vindouro de 2013, com vistas ao atendimento dessa meta, qual seja, a qualificação do corpo fiscal da autarquia ora efetuando essa função.

4.1.6.17 FISCGENE

Identificação da Ação						
Código		2019				
Descrição		Fiscalização de Material Genético Animal				
Unidade Responsável		Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA-CE				
Unidade Orçamentária		22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.144,00	8.642,03	8.642,03	8.642,03	-	-	8.642,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização de estabelecimentos produtores	Fiscalização	40	33	9.144,00	8.642,03

Fonte: SIPLAN 2012 e SIAFI 2012.

Análise Crítica

Para o ano de 2012 foram programados, pela Coordenação de Matéria Genético Animal, um total de 40 fiscalizações nas unidades produtoras de material genético animal, porém como em março de 2012 foi publicado o Decreto Presidencial que restringiu o quantitativo de diárias por servidor, o número de fiscalizações no Sistema de Planejamento – SIPLAN foi corrigido para 31 fiscalizações. No segundo semestre do exercício, demos uma ênfase maior na Região Metropolitana, que somente demanda gastos com combustível, motivo pelo qual fizemos um número maior de fiscalizações do que o readequado com um custo financeiro menor.

4.1.6.18 ORGMANEJO 2

Identificação da Ação						
Código		8593				
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC)				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
00	00	00	00	00	00	00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Realização de Reunião	Uma	00	01	00	00

Análise Crítica

Cumprimento das metas: em função da pequena demanda nas atividades da ação, não foram programadas metas físicas e ou financeiras para desenvolvimento do plano interno OGMANEJO 2 no POA DPDAG/SFA-CE de 2012. Foi realizada pelo DPDAG e DEPROS/SDC a 1ª Reunião para criação do Grupo Gestor Estadual do Ceará – GGE/CE do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, para implementação do Plano ABC no estado do Ceará.

Eventuais problemas de execução: falta de aproximação dos produtores em relação aos programas e ações do MAPA.

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve superação de atividades porque o Plano Interno não foi programado no POA 2012.

Restos a pagar: não foi utilizado recurso financeiro nas atividades realizadas pelo Plano ABC, portanto, não restaram valores a pagar.

4.1.6.19 DESENORG

Identificação da Ação						
Código	8606					
Descrição	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pro-Orgânico					
Unidade Responsável	Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará					
Unidade Orçamentária	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
00	00	00	00	00	00	00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Evento Realizado (reunião técnica)	Uma	03	02	4.407,00	00

Análise Crítica

Cumprimento das metas: no POA DPDAG de 2012, foi previsto como meta física para o PI: DESENORG, participações do DPDAG em 03(três) eventos de promoção do desenvolvimento de produtos orgânicos, com a previsão de custo no valor de R\$ 4.407,00 para deslocamento de técnicos. Foram realizadas pela Comissão de Produção Orgânica do Estado do Ceará - CPORG/CE duas reuniões, uma extraordinária para discussão e escolha do representante regional das entidades não governamental para compor a Comissão Nacional de Produção Orgânica – CNPORG, e outra ordinária para análise e discussão das propostas de programação para a realização da IV Semana dos Alimentos Orgânicos no Estado do Ceará.

Eventuais problemas de execução: falta de interesse e de entrosamento das associações de produtores de orgânicos na programação disponibilizada pelo DPDAG, e também o

entendimento da coordenação do Plano Interno na SDC/MAPA na disponibilidade de recurso e de orientação para o desenvolvimento das metas físicas da ação no programa.

Superações significativas das metas estabelecidas: como o desenvolvimento Plano Interno depende da demanda de ações apresentadas pelos produtores, não houve superação de metas na atividade.

Restos a pagar: o recurso do plano interno DESENGORG previsto no POA DPDAG de 2012 foi aprovado pela coordenação, mas não foi liberado integralmente para efetivar a meta física, portanto não houve restos a pagar.

4.1.6.20 CETORGAN

Identificação da Ação						
Código		4720				
Descrição		Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.454,62	7.454,62	00	00	00	00	00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitação (participação em evento)	Uma	02	00	2.938,00	00
2	Cadastramento de OPAC (processo analisado)	Um	00	02	00	00

Análise Crítica

Cumprimento das metas: foi programado no Plano Interno a participação de 2(dois) eventos de capacitação e ou reuniões sobre produtos orgânicos no estado do Ceará, com previsão de recurso para a realização da atividade. Foi descentralizado o recurso no valor de R\$ 7.454,62 para atender as despesas de deslocamento de 2(dois) técnicos do DPDAG para participar de treinamento de auditoria em procedimentos de produtos orgânicos fora do estado, que em razão da demora nos procedimentos burocráticos envolvendo passagem aérea e “Nota Técnica” como justificativa para a Secretária Executiva, foi prejudicada a capacitação dos servidores. Foram constituídos, analisados e tramitados para a COAGRE/SDC/MAPA, 2(dois) processos para credenciamento de OPAC, por demanda apresentada por duas associações de produtores de orgânicos. A Eficiência da ação não foi calculada porque não gerou custo para o PI: CETORGAN 1.

Eventuais problemas de execução: pequeno resultado obtido em função da lentidão na apresentação da documentação exigida pela legislação para realizar o credenciamento. Falta de descentralização do recurso financeiro programado no Plano Interno CETORGAN 1 para a realização da meta.

Superações significativas das metas estabelecidas: a constituição de 2(dois) processos de credenciamento de OPAC, analisados previamente e tramitados para COAGRE/SDC/MAPA, oriundos de demanda, são eventos que justificam a superação de forma significativa das metas estabelecidas.

Restos a pagar: o recurso financeiro descentralizado não foi utilizado na atividade executada, nem nas metas programadas, portanto não houve restos a pagar.

4.1.6.21 APOIOPEC

Identificação da Ação						
Código		8598				
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.300,00	2.882,65	3.242,65	3.242,65	00	00	3.242,65
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Participação de Evento (reunião, treinamento, curso)	Um	02	01	1.469,00	3.242,65

Análise Crítica

Cumprimento das metas: no POA DPDAG/SFA-CE de 2012, foram previstas como meta física no PI: APOIOPEC 1, a apresentação de palestra sobre as ações do DPDAG e participação de técnico da divisão em evento de capacitação nas ações do Plano Interno. Foi realizada a atividade de capacitação de um técnico fora do estado na cadeia produtiva do leite.

Eventuais problemas de execução: a meta atribuída a apresentação da palestra sobre as ações do DPDAG não foi proferida em razão da indisponibilidade de recurso liberado para a realização da atividade.

Superações significativas das metas estabelecidas: sem a disponibilidade de recurso destinado à execução das atividades programadas, não pode haver superação de metas.

Restos a pagar: o recurso financeiro foi descentralizado exclusivamente para atender o deslocamento do técnico para o curso de capacitação realizado fora do estado, sem restos a pagar.

4.1.6.22 APOIOAGRIC

Identificação da Ação						
Código		8591				
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
886,50	867,11	867,11	867,11	00	00	867,11
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Participação de Evento (reunião técnica)	Uma	02	01	1.260,00	867,11

Análise Crítica

Cumprimento das metas: no plano interno apresentado no POA 2012, foram previstos como metas a realização de palestras, cursos ou oficinas para produtores e a participação em reuniões técnicas e curso de capacitação. Em 2012, o DPDAG/SFA-CE participou da reunião técnica fora do estado realizada pela Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Agrícola – CPIA/DEPROS/SDC, envolvendo a SFA-RN, Embrapa Agroindústria Tropical, SEBRAE-RN, UFERSA, EMATER, EPARNI e empresas produtoras de melão, para a formação da Comissão Técnica do Melão no PI-Brasil, institucionalizado pela IN MAPA nº 27/2010.

Eventuais problemas de execução: desconhecimento e inadequação dos produtores para desenvolver suas atividades produtivas usando o apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas, disponibilizado pelo MAPA, e o contingenciamento de recurso financeiro para a execução das metas físicas do plano interno.

Superações significativas das metas estabelecidas: em função da contenção de despesas, não houve superação significativa das metas na atividade.

Restos a pagar: todo recurso descentralizado no Plano Interno foi utilizado para pagamento de diárias e aquisição de combustível para deslocamento de técnicos na participação de reunião técnica do Melão. Não houve restos a pagar.

4.1.6.23 FISCONTRATO

Identificação da Ação						
Código		2B17				
Descrição		Fiscalização de Contrato de Repasse				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.627,50	1.490,69	1.490,69	1.490,69	00	00	1.490,69
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Fiscalização de Contrato de Repasse	Uma	02	03	15.840,00	1.490,69

Análise Crítica

Cumprimento das metas: a programação da fiscalização de contratos de repasse no plano interno FISCONTRATO é feita de acordo a planilha de amostragem elaborada pelo Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais - DIEL da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC. Para 2012 foi encaminhada oficialmente ao DPDAG/SFA-CE a previsão de 10(dez) contratos de repasse para fiscalização, que por razões de contingenciamento de recurso, o DIEL reduziu a amostra para 02(dois) contratos (PT CAIXA x MAPA nº 260785 na cidade de Assaré-Ce e de nº 0260786 na cidade de Caririaçu-Ce).

Eventuais problemas de execução: não foi observado problema na execução da fiscalização dos 2(dois) contratos indicados na planilha pelo DIEL. Quanto à agilidade do processo, observa-se a falta de informação do DIEL para o DPDAG sobre os contratos de repasse aprovados e dos contratos concluídos. Falta informação da Caixa Econômica Federal para o DPDAG sobre a finalização da execução do plano de trabalho objeto do contrato.

Superações significativas das metas estabelecidas: junto aos dois contratos fiscalizados do plano de amostragem, foi fiscalizado novamente o contrato nº 278518/2008 da cidade de Assaré/CE, em razão da pendência registrada no relatório de fiscalização realizado anteriormente, sendo um contrato fiscalizado a mais sem custos adicionais para o DIEL.

Restos a pagar: todo recurso descentralizado foi utilizado no deslocamento do técnico FFA e Motorista Oficial, com pagamento de diárias e aquisição de combustível para executar as fiscalizações dos contratos. Não houve restos a pagar.

Outros aspectos: o PI FISCONTRATO deveria proporcionar recursos para cursos e ações preventivas para os órgãos convenientes dos contratos de repasse, visando diminuir o número de inconformidades observadas durante as fiscalizações. O Plano Interno também deveria prever recursos para manutenção dos automóveis e atualização de equipamentos de informática da equipe dos DPDAG's nos estados.

4.1.6.24 APPRODUTOR

Identificação da Ação						
Código		8611				
Descrição		Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - APPRODUTOR				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
885,00	787,10	787,10	787,10	00	00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Convênio Fiscalizado	Um	00	1	00	787,10
2	Plano de Trabalho Aprovado (Proposta/Emendas)	Um	00	40	00	00

Análise Crítica

Cumprimento das metas: não foi prevista nenhuma atividade atribuindo meta física e ou financeira para o PI: APPRODUTOR no POA DPDAG/SFA-CE de 2012, em virtude das atividades do Plano Interno ser desenvolvido por demanda gerada pela CGPI/SDC/MAPA pelo sistema SICONV. Durante o ano de 2012 foram encaminhadas e analisadas 60(sessenta) propostas com aprovação de 40(quarenta) Planos de Trabalho demandados por Prefeituras Municipais.

Eventuais problemas de execução: atraso na elaboração do parecer definitivo do DPDAG na aprovação da proposta, em consequência da demora do proponente para ajustar o “Plano de Trabalho” disponibilizado no sistema SICONV. Da demanda de 60(sessenta) propostas apresentadas e submetidas à análise, 40(quarenta) foram aprovadas e 20(vinte) foram indeferidas por inadequação à legislação.

Superações significativas das metas estabelecidas: como o Plano Interno é desenvolvido por demanda sem programação de metas, não houve superação de metas na atividade.

Restos a pagar: todo recurso descentralizado no Plano Interno foi utilizado com pagamento de diárias de técnico para realizar a fiscalização “in loco” do Convênio Nº 771186/2012, com a (Eficiência = 88,93%) na utilização dos recursos, sem gerar restos a pagar.

4.1.6.25 INFRALOG

Identificação da Ação						
Código		20SR				
Descrição		Estudo de Infraestrutura e Logística da Produção				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.546,40	3.477,31	3.477,31	3.477,31	00	00	3.477,31
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Capacitação (curso realizado)	Um	00	01	00	3.477,31

Análise Crítica

Cumprimento das metas: não foi prevista nenhuma atividade como meta física e financeira para o PI: INFRALOG no POA DPDAG/SFA-CE de 2012, porém, no último trimestre do ano, foi disponibilizado recurso financeiro destinado à capacitação de um técnico FFA para participar do curso Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, no estado do Paraná (Memo. Circular Nº 1034/2012/CGLOG/DIEL/SDC).

Eventuais problemas de execução: quadro efetivo de Fiscais Federais Agropecuários reduzido para o desenvolvimento das atividades de todos os Planos Internos do DPDAG da SFA-CE.

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve superação de metas em razão da falta de programação de atividade para este Plano Interno no POA DPDAG/SFA-CE de 2012.

Restos a pagar: todo recurso descentralizado foi utilizado no deslocamento com diárias e passagem aérea do técnico FFA para a participação do curso de certificação de unidades armazenadoras, sem restos a pagar

4.1.6.26 FISCAGRIC

Identificação da Ação						
Código		2177				
Descrição		Fiscalização de Serviços Agrícolas				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.100,00	1.456,33	1.456,33	1.456,33	00	00	1.456,33
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização Realizada	Uma	04	03	4.956,00	1.456,33
2	Curso de Coordenador (Aviação Agrícola)	Um	01	00	3.170,00	00

Análise Crítica

Cumprimento das metas: No POA DPDAG/SFA-CE de 2012, foi prevista a realização de 04(quatro) fiscalizações de empresas prestadoras de serviço de aviação agrícola, sendo executadas somente 03(três) fiscalizações em virtude de dois fatores que limitam o desenvolvimento da ação como a falta de um técnico (FFA) na divisão com curso de coordenação de aviação agrícola, sendo a principal, e também a limitação na descentralização de recurso para a execução das atividades centralizadas no interior do estado. Além das fiscalizações realizadas, foram analisados 03(três) processos (21014.000375/2012-32; 21014.000781/2012-03 e 21014.002675/2012-56) de empresas com registro no MAPA em outros estados, com requerimento encaminhado para prestação de serviço no estado do Ceará. Dos requerimentos apresentados, (2)dois obtiveram parecer favorável com emissão de autorização para a prestação do serviço e 1(um) indeferido por falta de documentação da empresa para atender a exigência da legislação.

Eventuais problemas de execução: a transferência do plano interno do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários/SDA para a Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário/SDC, definido pela Portaria 428, de 09/06/2010, da reforma do MAPA, levando em conta que o PI: FISCAGRIC vem sendo desenvolvido de forma compartilhada com um técnico FFA do SEFAG, que tem curso de coordenação em aviação agrícola. O MAPA encaminhou programação de curso de coordenação de aviação agrícola no convênio MAPA/CBB Treinamentos, nos estados do Paraná e Bahía em 2012, mas não houve disponibilidade de técnico com formação específica no DPDAG para a realização do curso.

Superações significativas das metas estabelecidas: Levando em conta que não existe ainda empresa prestadora de serviço de aviação agrícola registrada no estado do Ceará, e os serviços sendo realizados por intermédio de demanda de requerimento para autorização do MAPA, não houve superação das metas previstas no POA 2012.

Restos a pagar: Todo recurso descentralizado pelo DIEL/SDC/MAPA foi integralmente utilizado para atender despesas com diárias e aquisição de combustível no deslocamento do técnico (FFA) e motorista para executar as atividades de fiscalização, igualando os valores empenhados com os valores liquidados, sem restos a pagar.

4.1.6.27 INOVAGRO

Identificação da Ação						
Código		8560				
Descrição		Fomento à Inovação no Agronegócio – INOVAGRO				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
00	00	00	00	00	00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Participação de Evento (curso, reunião técnica)	Uma	00	03	00	00

Análise Crítica

Cumprimento das metas: no POA do DPDAG/de 2012, não foi prevista meta física e ou financeira no plano Interno INOVAGRO. Foram realizadas atividades com a participação de técnicos FFA do DPDAG em 03(três) eventos importantes envolvendo o tema da Agricultura de Precisão – AP , com 02(duas) reuniões técnicas para nivelamento e 01(um) Congresso Brasileiro de Agricultura de Precisão, realizados em Petrolina-PE, Campinas-SP e em Ribeirão Preto-SP, respectivamente.

Eventuais problemas de execução: falta de aproximação dos produtores para aderir os programas e ações do MAPA disponibilizados pelo Plano Interno.

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve superação de atividades porque não foram programadas atividades do Plano Interno no POA de 2012.

Restos a pagar: os recursos financeiros utilizados nas atividades desenvolvidas em 2012 não foram descentralizados pela dotação do Plano Interno INOVAGRO, portanto, não restaram valores a pagar.

4.1.6.28 IG

Identificação da Ação						
Código		2B47				
Descrição		Fomento à indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.294,50	5.544,04	5.544,04	5.544,04	00	00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Levantamento da Potencialidade de Produtos Agropecuários para IG)	Uma	4	1	5.551,00	5.544,04
2	Capacitação (treinamento de técnico)	Um	4	1		

Análise Crítica

Cumprimento das metas: O PI: INDGRAF desempenha suas ações no fomento dos signos distintivos dos produtos agropecuários, principalmente a Indicação Geográfica, no apoio das ações locais para o fortalecimento das cadeias produtivas envolvidas de produtos com potencial para Indicação Geográfica. As ações do PI foram desenvolvidas no ano de 2012, baseadas nas demandas que surgiram durante o ano de 2012. O DPDAG/SFA-CE trabalhou na cadeia produtiva do Mel na região da Chapada do Araripe com a realização de uma reunião no município do Crato-CE, com a participação de SFA-PE e da SFA-CE, SEBRAE-CE, SEBRAE-PE, FUNDETEC e produtores de Mel para tratar da indicação geográfica do Mel da Chapada do Araripe. Outra ação realizada durante o ano de 2012 foi um treinamento nacional na nova metodologia de trabalho que a CIG promoveu na cidade de Paraty-RJ, onde existe a IG Paraty para o Produto Cachaça. Os protocolos para aprovação da “IG” do “Queijo de Coalho Artesanal” e do “Mel de Cipó Uva” da região do Cariri/CE continuam sendo estudados em desenvolvimento.

Eventuais problemas de execução: não houve problemas na execução das fiscalizações no ano de 2012, porém, houve limitação na descentralização de recursos destinados ao deslocamento de técnicos para realizar estudos visando diagnosticar a potencialidade de produtos agropecuários para reconhecimento de “IG”.

Superações significativas das metas estabelecidas: em 2012 foi apresentada nova metodologia de trabalho da CIG, e mesmo que os produtos já tenham sido trabalhados em anos anteriores deverão ser inseridos no novo Sistema (ainda sem operação).

Restos a pagar: foi aprovado no POA DPDAG/2012o valor global de R\$ 5.551,00 para realização de levantamento e estudos para diagnóstico e ou capacitação de técnicos para desenvolvimento de processo de “IG”. Foi descentralizado o crédito de R\$ 7.294,50 com utilização do valor de R\$ 5.544,04 com a execução de 01(um) levantamento e 01(um) curso de capacitação de 02(dois) técnicos FFA’s do DPDAG em curso de metodologia de IG que estava previsto como alternativa. As atividades foram desenvolvidas com (Eficiência = 76%) na utilização do crédito descentralizado, sem ficar com restos a pagar.

4.1.6.29 MANUT

Identificação da Ação						
Código		20122210547160001				
Descrição		Operação dos Serviços Administrativos				
Unidade Responsável		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará				
Unidade Orçamentária		22101-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.441.096,42	1.441.096,42	1.438.991,43	1.118.191,94	14.863,88	305.935,61	1.118.191,94

Análise Crítica

Quanto ao valor inscrito em Restos a Pagar não Processados, o mesmo ocorreu tendo em vista emissão das Notas de Empenhos no final do exercício, para despesas de reforma e benfeitorias desta SFA/CE, elaboração de projeto executivo para o plano de melhorias da Superintendência e aquisição de materiais permanentes e de consumo, os quais não tiveram a execução dos serviços e/ou entrega dos bens dentro do exercício

4.1.7 INDICADORES

Ação 2180 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA

Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	$CUR = CR/QR$ $CUR = 45.180,00/42.691$ $CUR = R\$ 1,06$ $CUP = CP/QP$ $CUP = 45.180,00/32.080$ $CUP = R\$ 1,41$	$PRM = (QR/QP) \times 100$ $PRM = (42.691/32.080) \times 100$ $PRM = 133\%$
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 2181
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL

Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR/QR CUR = 38.793,76/29.237 CUR = R\$ 1,33</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP/QP CUP = 38.793,76/33.965 CUP = R\$ 1,14</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP)x100 PRM = (29.237/33.965)x100 PRM = 86%</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 4746
Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais PADCLASSIF

Tipo de Indicador		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR/QR CUR = 27.682,26/198 CUR = R\$ 139,80</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP/QP CUP = 29.858,55/80 CUP = R\$ 373,24</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP)x100 PRM = (198/80)x100 PRM = 247%</p>

Tipo de Indicador		
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 8939
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
IPVEGETAL

Tipo de Indicador		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p>CUR = CR/QR CUR = 29.211,00/104 CUR = R\$ 280,87</p> <p>CUP = CP/QP CUP = 36.083,81/ 120 CUP = R\$ 300,69</p>	<p>PRM = (QR/QP)x100 PRM = (104/120)x100 PRM = 87 %</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 4745
Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FISCORGEN

Tipo de Indicador		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR/QR CUR = 5.043,99/57 CUR = R\$ 88,50</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP/QP CUP = 5.043,99/43 CUP = R\$ 117,30</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP)x100 PRM = (57/43) x100 PRM = 132 %</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 8572
Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PCEVEGETAL

Tipo de Indicador		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR/QR CUR = 2.165,99/20 CUR = R\$ 108,30</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP/QP CUP = 3.000/15 CUP = R\$ 200,00</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP)x100 PRM = (286,343/286,343)X100 PRM = 100%</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 2134
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
- VIGIFITO

Tipo de Indicador		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR/QR CUR = 11847,73/72 CUR = R\$ 164,55</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP/QP CUP = 12578,41/75 CUP = R\$ 167,72</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP)x100 PRM = (58.332/70.000)x100 PRM = 88,50%</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 4738
Erradicação da Mosca da Carambola
ERRADMOSCA

Tipo de Indicador		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">Não houve dotação orçamentária para o PI ERRADMOSCA</p> <p style="text-align: center;">Não houve dotação orçamentária para o PI ERRADMOSCA</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP)x100 PRM = (14882,560/14882,560)x100 PRM = 100%</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 8658
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
PI PCEANIMAL

Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	Custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	Número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	$\text{CUR} = \text{CR}/\text{QR}$ CUR = 43.354,18/151 CUR = R\$ 287,11 $\text{CUP} = \text{CP}/\text{QP}$ CUP = 57.612,91/137 CUP = R\$ 420,53	$\text{PRM} = (\text{QR}/\text{QP}) \times 100$ PRM = (151/137) x 100 PRM = 110,21%
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 8938
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
PI INSPANIMAL3

Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	Custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	Número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	$\text{CUR} = \text{CR}/\text{QR}$ CUR = 110.836,86/314 CUR = R\$ 352,98 $\text{CUP} = \text{CP}/\text{QP}$ CUP = 126.694,76/290 CUP = R\$ 436,87	$\text{PRM} = (\text{QR}/\text{QP}) \times 100$ PRM = (314/290) x 100 PRM = 108,25%
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 2179
Fiscalização de Sementes e Mudras
FISCALSEM

Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fonte	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR / QR CUR = 31.156,28 / 341 CUR = R\$ 91,37</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP / QP CUP = 33.703,94 / 280 CUP = R\$ 120,37</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP) x 100 PRM = (341/280) x 100 PRM = 121,78 %</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 2141
Fiscalização de fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISFECOI

Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fonte	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR / QR CUR = 14.808,04 / 148 CUR = R\$ 100,05</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP / QP CUP = 17.784,00 / 110 CUP = R\$ 161,67</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP) x 100 PRM = (148/110) x 100 PRM = 134,54 % .</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 2909
Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISAGROTOX

Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fonte	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR / QR CUR = 15.750,26 / 70 CUR = R\$ 225,00</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP / QP CUP = 24,030,94 / 75 CUP = R\$ 320,41</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP) x 100 PRM = (70/ 75) x 100 PRM = 93,33 % .</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 2124
Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
FISCINAN

Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR/QR CUR = 30.342,05/242 CUR = R\$ 125,38</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP/QP CUP = 30.830,41/255 CUP = R\$ 120,90</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP)x100 PRM = (242/255)x100 PRM = 94,90%</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 2019
Fiscalização de Material Genético Animal
FISCGENE

Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fonte	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR / QR CUR = 7.660,40 / 33 CUR = R\$ 232,13</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP / QP CUP = 8.144,00 / 40 CUP = R\$ 203,60</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP) x 100 PRM = (33/ 40) x 100 PRM = 82,50%</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 2140
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FISPROVET

Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	<p style="text-align: center;">CUR = CR/QR CUR = 11.959,13/24 CUR = R\$ 498,30</p> <p style="text-align: center;">CUP = CP/QP CUP = 14.965,62/17 CUP = R\$ 880,33</p>	<p style="text-align: center;">PRM = (QR/QP)x100 PRM = (24/17)x100 PRM = 141,17%</p>
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 4842
Erradicação da Febre Aftosa - Nacional
FEBREAFTOS

Atributo	Eficiência	Eficácia
Descrição dos indicadores	Custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	Número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.
Unidade Medida	R\$	%
Fórmula de Cálculo	CUR = CR/QR CUR = 25.606,36/40 CUR = R\$ 640,15	PRM = (QR/QP)x100 PRM = (40/40)x100 PRM = 100, %
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.

Ação 8593
Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de baixa Emissão de Carbono-
ORGMANEJO 2

Tipo de Indicador: Realização de reunião técnica		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de reunião realizada em relação a quantidade de reuniões programadas	Custo médio gasto com realização de reunião em relação ao crédito descentralizado para realização de reuniões
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QRR/QRP) x 100 A Eficácia do indicador da ação não foi calculados em razão da falta de programação de meta física da atividade no POA do DPDAG de 2012	Eficiência = (CMRR/CDR) x 100 A Eficiência do indicador da ação não foi calculados em razão da falta de programação de recurso financeiro da atividade no POA de 2012
Descrição das siglas	QRR = quantidade de reunião realizada QRP = quantidade de reunião programada	CMRR = custo médio da reunião realizada CDRR = crédito descentralizado para realização de reunião

Ação 8606
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pro-Orgânico
DESENG

Tipo de Indicador: Reunião técnica realizada		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de reunião realizada em relação a quantidade de reunião programada	Custo médio gasto na reunião realizada em relação ao crédito descentralizado para reuniões
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QRR/QRP) x 100 Eficácia = (02/03) x 100 Eficácia = 66,66%	Eficiência = (CMRR/CDM) x 100 A Eficiência do indicador de gestão da ação não foi calculada em razão da execução da atividade ter sido realizada sem utilização de recurso financeiro
Descrição das siglas	QRR = quantidade de reunião realizada QRP = quantidade de reunião programada	CMRR = custo médio da reunião realizada CDRR = crédito descentralizado para realização de reunião

Ação 4720
Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
CETORGAN

Tipo de Indicador: Processo para cadastro de OPAC		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de processo constituído e analisado para cadastramento de OPAC em relação a demanda apresentada	Custo médio do cadastramento da OPAC em relação ao crédito descentralizado para realizar a atividade
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QPC/QDA) x 100 Eficácia = (02/02) x 100 Eficácia = 1 x 100 Eficácia = 100%	Eficiência = (CMPC/CDM) x 100 A Eficiência do indicador não foi calculada em razão da execução da atividade realizada sem custo financeiro
Descrição das siglas	QPC = quantidade de processo constituído QDA = Quantidade de demanda apresentada	CMPC = custo médio do processo constituído CDM = crédito disponibilizado para execução da atividade

Ação 8598
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
APOIOPEC

Tipo de Indicador: curso realizado		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de participação de curso em relação a quantidade de eventos programados	Custo médio da participação do curso em relação ao crédito descentralizado para a realização de eventos
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QCR/QEP) x 100 Eficácia = (01/02) x 100 Eficácia = 50%	Eficiência = (CMCR/CDC) x 100 Eficiência = (3.242,65/3.300,00) x 100 Eficiência = 98,26
Descrição das siglas	QCR = quantidade de cursos realizados QEP = quantidade de eventos programados	CMRE = custo médio gasto no curso realizado CDE = crédito descentralizado para realização de curso

Ação 8591
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APOIOAGRIC

Tipo de Indicador: Participar de evento (reunião técnica)		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de reunião realizada em relação ao número de reuniões programada	Custo médio gasto com a realização da reunião em relação ao crédito descentralizado para atividade
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QRR/QRP) x 100 Eficácia = (01/02) x 100 Eficácia = 50%	Eficiência = (CMRR/CDR) x 100 Eficiência = (867,11/886,50) x 100 Eficiência = 97,81%
Descrição das siglas	QRR = quantidade de reunião realizada QRP = Quantidade de reunião programada	CMRR = custo médio gasto da reunião realizada CDA = crédito descentralizado para a atividade

Ação 2B17
Fiscalização de Contrato de Repasse
FISCONTRATO

Tipo de Indicador: Fiscalização de contrato de repasse		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de contrato fiscalizado em relação a quantidade fiscalizações programadas	Custo médio com fiscalização de contratos em relação ao crédito descentralizado para a fiscalização
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QCF/QFP) x 100 Eficácia = (03/02) x 100 Eficácia = 150%	Eficiência = (CMFC/CDFC) x 100 Eficiência = (1.490,69/1.627.50) x 100 Eficiência = 91,59%
Descrição das siglas	QCF = quantidade de contratos fiscalizados QFP = quantidade de fiscalização programada	CMFC = custo médio da fiscalização do contrato CDFC = crédito descentralizado para fiscalização de contratos

Ação 8611
Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
APPRODUTOR

Tipo de Indicador: Plano de Trabalho aprovado (Emendas Parlamentares)		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de plano de trabalho aprovado em relação a quantidade propostas apresentadas	Custo médio da análise e aprovação do Plano de Trabalho em relação ao crédito descentralizado para a análise do plano
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QPTA/DPTA) x 100 Eficácia = (40/60) x 100% Eficácia = 66,66%	Eficiência = (CMAPT/CDAPT) x 100 A eficiência não foi calculada porque não houve custo com análise e aprovação dos planos de trabalho
Descrição das siglas	QPTA = quantidade de plano de trabalho aprovado DPTA = demanda de plano de trabalho apresentado	CMAPT = custo médio da análise do plano de trabalho CDAPT = crédito descentralizado para análise do plano de trabalho

Ação 20SR
Estudo de Infraestrutura e Logística da Produção
INFRALOG

Tipo de Indicador: Curso realizado		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de cursos realizados em relação a quantidade cursos programados	Custo gasto com a realização de cursos em relação a quantidade de curso realizado
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QCR/QCP) x 100 Eficácia = 100%.	Eficiência = (CMC/CDRC) x 100 Eficiência = (3.477,31/3.546,40) x 100 Eficiência = 98,05%
Descrição das siglas	QCR = Quantidade de curso realizado QCP = Quantidade de curso programado	CMC = custo médio gasto com curso CDRC = crédito descentralizado para realização de curso

Ação 2177
Fiscalização de Serviços Agrícolas
FISCAGRIC

Tipo de Indicador: Fiscalização Realizada		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de fiscalização realizada em relação ao número de fiscalizações programadas	Custo médio da fiscalização em relação ao crédito financeiro descentralizado para fiscalização
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QFR/QFP) x 100 Eficácia = (03/04) x 100 Eficácia = 75%.	Eficiência = (CMFR/CDF) x 100 Eficiência = (1.456,33/2.100,00) x 100 Eficiência = 69,34%
Descrição das siglas	QFR = quantidade de fiscalização Realizada QFP = quantidade de fiscalização Programada	CMFR = custo médio da fiscalização realizada CDF = crédito descentralizado para fiscalização

Ação 8560
Fomento à Inovação no Agronegócio
INOVAGRO

Tipo de Indicador: Participação de reunião técnica		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de participação de reunião realizada em relação à quantidade de eventos programados	Custo médio gasto na participação da reunião em relação ao crédito descentralizado para eventos
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QRP/QRP) x 100A Eficácia do indicador da ação não foi calculada em razão da falta de programação de meta física no POA 2012	Eficiência = (CMGR/CDE) x 100 A Eficiência do indicador da ação não foi calculada por falta de programação de recurso financeiro no POA de 2012
Descrição das siglas	QRP = quantidade de reunião participada QRP = quantidade de reunião programada	CMGR = custo médio gasto por reunião CDE = crédito descentralizado para reuniões

Ação 2B47
Fomento à indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
IG

Tipo de Indicador: Levantamento da potencialidade de produto Agropecuário		
Atributos	Eficácia	Eficiência
Descrição dos indicadores	Percentual de levantamentos realizados em relação a quantidade de levantamentos programados	Custo gasto com levantamento em relação ao crédito descentralizado para realização de levantamentos de potencialidade
Unidade Medida	%	R\$(1,00)
Fórmula de Cálculo	Eficácia = (QLR/QLP) x 100 Eficácia = (01/04) x 100 Eficácia = 25%	Eficiência = (CMLR/CDL) x 100 A Eficiência não foi calculada em razão do recurso liquidado envolver despesas com diárias e passagem aérea de técnicos para treinamento no curso de metodologia de IG.
Descrição das siglas	QLR = quantidade de levantamentos realizados QLP = quantidade de levantamentos programados	CMLR = custo médio do levantamento realizado CDL = crédito descentralizado para levantamentos

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Não se Aplica a esta UJ

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Não se Aplica a esta UJ

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Não se Aplica a esta UJ

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Não se Aplica a esta UJ

4.2.2.4 Análise Crítica

Não se Aplica a esta UJ

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$

1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos			2012221052000001			5.000,00
				2012120141K40001			13.164,88
				2060120148591001			886,50
				2060220148598001			3.300,00
				2060520148611001			885,00
				2012821054572001			78.397,50
				2012520144720001			7.454,62
				2060420284842001			28.483,56
				2012520282909001			24.030,94
				2012520142177001			2.100,00
				2012520282179001			47.823,94
				2060420282181001			38.627,12
				2012520282019001			9.125,63
				2012520282124001			31.530,41
				2012520142B17001			1.627,50
				2012520284745001			5.043,99
				2060320282180001			45.180,00
				2012520282141001			17.784,00
				2012520282140001			29.380,62
			0927200890181001			59.493,69	
		2066520422B47001			7.294,50		

			20605201420SR0 001			3.546,40	
			20125202889380 001			157.678,22	
			20125202889390 001			36.074,00	
			20604202821320 001			400,00	
			20122210520000 001			5.859,99	
			20122210547160 001			1.372.469,07	
			20125202847460 001			27.682,26	
			20604202886580 001			94.430,41	
			20603202885720 001			392.413,04	
			20603202821340 001			136.579,86	
SUBTOTAL.....2.683.747,65							
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos			20122210547160 001	68.627,35		
				20603202885720 001	1.498.450,0 0		
SUBTOTAL					1.567.077,35		
TOTAL GERAL 4.250.825,00							

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Não se Aplica a esta UJ

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Não se Aplica a esta UJ

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.315.956,87	1.243.155,63	978.755,48	1.243.155,63
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	82.000,00	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.233.956,87	1.243.155,63	978.755,48	1.243.155,63
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	322.583,00	399.120,95	302.291,15	399.120,95
g) Dispensa	235.348,86	399.120,95	228.368,86	399.120,95
h) Inexigibilidade	87.234,14	85.881,44	73.922,29	85.881,44
3. Regime de Execução Especial	51.441,68	59.751,46	51.441,68	59.751,46
i) Suprimento de Fundos	51.441,68	59.751,46	51.441,68	59.751,46
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	450.164,67	485.870,08	450.021,37	485.870,08
j) Pagamento em Folha (Auxílio Funeral)	59.493,69	83.074,80	59.493,69	83.074,80
k) Diárias	390.670,98	389.774,48	390.527,68	389.774,48
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	2.140.146,22	2.174.877,32	2.140.146,22	2.174.877,32

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – PI MANUTSFAS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	1.361.364,08	1.438.121,48	1.118.191,94	1.261.086,70				
1º elemento de despesa - 3390.37	630.393,42	618.023,75	630.393,42	618.013,75				
2º elemento de despesa - 3390.39	577.811,68	480.802,83	373.269,81	441.130,01				
3º elemento de despesa - 3390.30	113.431,76	272.213,12	66.485,53	136.982,46				
Demais elementos do grupo	48.727,22	67.081,78	48.043,18	64.960,48				
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa – 4490.52	68.627,35	1.463.721,27	-					
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.2.4.2.3 Análise crítica

Conforme ficou constatado as alterações nos montantes de recursos do exercício de 2012 para 2011 foram insignificantes, comprovando assim que a execução orçamentária e financeira ficou com os valores nos montantes por grupo, elemento de despesa e modalidade de contratação praticamente nivelada. Isto posto não houve prejuízo nos resultados planejados.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se Aplica a esta UJ

5.1.2 Análise Crítica

Não se Aplica a esta UJ

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	86.169,15	-	86.169,15	-
2010	931.494,55	-	931.494,55	-
2012	2.015.864,96	-	-	2.015.864,96
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	187.409,99	55.139,82	132.270,17	-
2010	1.800.883,92	-	885.667,31	-
2012	339.748,48	-	-	339.748,48

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.2.2 Análise Crítica

A evolução de valores inscritos em Restos a Pagar Processados, com relação ao exercício anterior (95,73%), ocorreu em virtude de convênio a liberar no montante de R\$ 1.999.956,90, que representa 99,21% do total inscrito.

Quanto aos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados, ocorreu em virtude de emissão de Nota de Empenhos no final do exercício para despesas reforma e benfeitorias desta SFA/CE, elaboração de projeto executivo para o plano de melhorias, aquisição de materiais permanentes e de consumo, os quais não tiveram a execução dos serviços e/ou entrega dos bens dentro do exercício.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E BASTECIMENTO NO CEARÁ									
CNPJ: 00.396.895/0018-73					UG/GESTÃO: 130022/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	771220	ADAGRI/CE	5.643.172,15	306.426,20	-		06/07/2012	31/12/2015	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SICONV/ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E BASTECIMENTO NO CEARÁ					
CNPJ:	00.396.895/0018-73		UG/GESTÃO: 130022/00001			
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	1	1	-	2.920.677,02	-
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	1	1	1	-	2.920.677,02	-

Fonte: SICONV/ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E BASTECIMENTO NO CEARÁ					
CNPJ: 00.396.895/0018-73			UG/GESTÃO: 130022/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	1	2.030.617,02	8.289.865,58	24,49%
Contrato de Repasse	-	-	--	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	2	1	2.030.617,02	8.289.865,58	24,49%

Fonte: SICONV/ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE
CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E BASTECIMENTO NO CEARÁ					
CNPJ: 00.396.895/0018-73		UG/GESTÃO: 130022/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	890.060,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SICONV/ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E BASTECIMENTO NO CEARÁ					
CNPJ: 00.396.895/0018-73		UG/GESTÃO: 130022/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas não Analisadas		1(P.CONTAS ANUAL-2012)
		Montante Repassado (R\$)			2.030.617,02
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas não Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas não Analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas não Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas não Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SICONV/ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.3.6 Análise Crítica

No registro de situações de Inadimplência.

O montante de recursos de R\$ 2.920.677,02 repassados em 2011 refere-se aos convênios de Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Ceará, exercício de 2011 (R\$ 2.030.617,02) e Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Vegetal exercício de 2010 (R\$ 890.060,00).

No exercício de 2012 o valor previsto para o convenio de Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Ceará (R\$ 2.585.726,17) não foi liberado, pois os recursos liberados em 2011 tiveram o prazo de execução prorrogado para 31/10/12. Quanto ao convênio de Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Vegetal o valor de R\$ 1.999.956,90 não foi liberado, ficando inscrito em Restos a Pagar Processados.

Quanto às prestações de contas, as mesmas se acham dentro dos prazos de acordo com a legislação.

O convênio de Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Ceará, que teve sua execução até 31/10/12, foi acompanhado por meio da apresentação dos Relatórios Bimestrais sobre a execução física e financeira, sendo elaborados relatórios de análise e encaminhados a Convenente, bem como por meio de Relatórios de Acompanhamento e Vistoria 'In loco'

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1 - 130022	SFA/CE		1.075,00	50.366,68	51.441,68
UG 2					
UG 3					
UG n...					
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		1.075,00	50.366,68	51.5441,68

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se Aplica a esta UJ

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.5.10 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	Portador	CPF	Limite de Utilização da UG		Total
			Valor do Limite Individual	Valor	
			Saque	Fatura	
	JOSE MARTINS AMORIM	00201111349	545,00	495,00	495,00
	ANTONIO HELIO DE MENEZES	00588733334	1.000,00	250,00	375,26
	MANOEL OLIVEIRA DE ARAUJO	01418955353	1.850,00	535,63	535,63
	JOAO EVALDO MOREIRA	02126753387	510,00	299,05	299,05
	JOAO EUDES MORAES DE AGUIAR	02648440330	1.600,00	1.378,32	1.378,32
	ANTONIO ROMAO DE ALMEIDA JUNIOR	02745823418	800,00	572,59	572,59
	ANECILDA NUNES DE SOUZA	03473890405		100,00	100,00
	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA	03703924349	1.500,00	1.229,88	1.229,88
	FRANCISCO EDLEU CUNHA NUNES	04278410387	1.094,00	90,00	481,00
	ROSEMARY DE FREITAS BESERRA	04540549391	1.600,00	1.005,09	1.005,09
	JOSE FERNANDO FERREIRA GOMES	04540816349	1.499,00	1.198,01	1.198,01
	FRANCISCO ARNOLDO DE OLIVEIRA	04694112368	1.800,00	115,00	1.427,35
	JOSE BESERRA FILHO	04849876315	900,00	1.060,81	1.060,81
	ANA PAULA FRANCISCA ANTONIA ROSA MORA	04857747391	1.600,00	797,01	797,01
	DARTICLEA BATISTA ROLIM	04898290310	2.158,00	1.639,33	1.639,33
	RAIMUNDO DOCURA DA CRUZ NETO	05515394372	200,00	200,00	200,00
	MARIA ALICE VIEIRA NOGUEIRA	05952085334	400,00	179,00	179,00
	NORMACILDA COLARES PATRIOTA	05954410330	1.950,00	1.407,22	1.407,22
	ROBERVAN DINIZ GONDIM	05963362334	2.300,00	1.503,35	1.503,35
	ANTONIO BEZERRA	05996198304	3.700,00	2.830,05	2.830,05

BRAGA					
SIMPLICIO ALVES DE LIMA	06012825315	3.200,00		1.228,51	1.228,51
VICENTE ASSIS FEITOSA	06078982320	2.900,00		2.007,51	2.007,51
RAIMUNDO SAMPAIO DA SILVA	06079245353	2.010,00		1.415,12	1.415,12
JOAO DE BARROS BEZERRA	06084443320	600,00		649,26	649,26
JOAO BERNARDO LARROUDE WOLF	07023545468	2.400,00		1.970,32	1.970,32
MANOEL COSTA FILHO	07141505334	3.090,00	120,00	2.305,22	2.425,22
AFONSO HENRIQUE HOLANDA GARCIA DE MATOS	07317557315	1.300,00		758,00	758,00
MARIA ALDAIR NOGUEIRA DE MEDEIROS	09059164334	3.165,00		1.698,24	1.698,24
FRANCISCO ELISIO MOTA DE OLIVEIRA	09078657391			125,02	125,02
ELEUTERIO FELIPE MARQUES	09111719320	3.630,00		1.254,08	1.254,08
FRANCISCO GENTIL NOGUEIRA FILHO	09164561372	964,00		867,00	867,00
JOSE ANTONIO RODRIGUES PEREIRA	09189556372	2.425,00		2.071,95	2.071,95
FRANCISCO JOSE PESSOA QUIXADA CAVALCANTE	10758933304	600,00		199,90	199,90
LUIZ CLAUDIO DA ROCHA EVANGELISTA	11381981372	500,00		805,60	805,60
FRANCISCO DE ASSIS VASCONCELOS	11414618115	160,00		160,00	160,00
JOSE DE SOUSA XAVIER	11592699391	1.550,00		677,40	677,40
DANIEL MUNIZ FEITOSA	11767715315			200,00	200,00
MIRIAN ALCANTARA FONTENELE	12235261353	1.600,00		991,02	991,02
REGIA MARIA SANTOS RODRIGUES CYSNE DE	13669613315			388,00	388,00
PEDRO EMANOEL FERREIRA LOBAO	14542005100	580,00		324,01	324,01
CLARA LUZIA FROTA FIGUEIRA	16828852320			134,00	134,00
PAULO RICARDO TEIXEIRA DE ARAUJO	17078733304	1.300,00	225,00	440,18	665,18
MARIA SIEBRA DE OLIVEIRA CAMINHA	17208386315			231,67	231,67
AIRTON BARBOSA BERNARDO	20145136272			249,00	249,00
JOAO SAMPAIO DA SILVA	21119899320	300,00		300,00	300,00
JOSE LUIZ BEZERRA	23469838372	1.100,00		741,03	741,03

DE LIMA					
SHIRLEY MARIA DA SILVA MAPURUNGA	42234042372	2.100,00		789,05	789,05
LIS CHRISTINA DE OLIVEIRA	54704090310	2.040,00		826,00	826,00
ALLISSON NEY CARVALHO GUIMARAES	61534021353	2.480,00	115,00	1.906,16	2.021,16
GUILHERME SAMPAIO COUTO	70005907853	2.100,00		1.740,94	1.740,94
JANAINA RABELO MAGALHAES	72200294387	150,00		112,90	112,90
FRANCISCO LEANDRO DE PAULA NETO	78083354368	2.155,00		1.770,00	1.770,00
ANGELO RANIERI SANTOS PALACIO	85529362320	900,00		347,12	347,12
CAMILO ALMEIDA TORRES	87790084372	700,00		479,00	479,00
PAULO JOSE DA SILVA	99710811800	2.765,00	160,00	1.489,52	1.649,52
Total Utilizado pela UG			1.075,00	50.366,68	51.441,69
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela

UJ

QUADRO A.5.11 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B” – NÃO EXISTE		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012			08	1.075,00	276	50.366,68	51.441,69
2011			21	2.264,00	296	59.533,37	61.797,37
2010			28	4.109,00	372	83.666,03	87.775,03

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”- NÃO EXISTE						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							180	49.354,31	215	59.751,46	290	87.954,88

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.4.1.6 Análise Crítica

Conforme ficou demonstrado a cada exercício o valor dos recursos utilizados com Cartão de Pagamento do Governo Federal está sendo menor, principalmente sobre os saques realizados, ressaltando que a cada exercício esta SFA/CE aprimora ainda mais os controles internos, objetivando desta forma assegurar melhor a aplicação dos recursos públicos em despesas realizadas com suprimentos de fundos, fato que vem evitando de forma substanciada diligências por parte desta Superintendência, bem como pelos órgãos de Auditoria e Controle

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não se Aplica a esta UJ

5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Não se Aplica a esta UJ

5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Não se Aplica a esta UJ

5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Não se Aplica a esta UJ

5.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se Aplica a esta UJ

5.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se Aplica a esta UJ

5.5.7 Comunicações à RFB

Não se Aplica a esta UJ

5.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se Aplica a esta UJ

5.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se Aplica a esta UJ

5.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se Aplica a esta UJ

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	192	192	1	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	192	192	1	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	192	192	1	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	193	193	1	-

Fonte: DW/Excel

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	6
a. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.1. Exercício de Função de Confiança	-
1.2. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	6
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	6

Fonte: DW/Excel

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	7	7		
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	7		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-		
1.2.4. Sem Vínculo	1	1		
1.2.5. Aposentados	-	-		
2. Funções Gratificadas	15	15		

2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	15	15		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	22	22		

Fonte: DW/Excel

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo	3	11	12	77	71
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	3	11	12	77	71
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provedimento de Cargo em Comissão	-	2	2	8	7
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	1	2	3
2.3. Funções Gratificadas	-	-	1	6	4
3. Totais (1+2)	3	13	14	85	78

Fonte: DW/Excel

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de Cargo Efetivo	-	9	-	13	56	93			
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-			
1.2. Servidores de Carreira	-	9	-	13	56	93			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-			
2. Provedimento de Cargo em Comissão	-	-	-	1	5	16			
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	7			
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	5	9			
3. Totais (1+2)	-	9	-	14	61	109			
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DW/Excel

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (anexo pag. 106)

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	222	10
1.1 Voluntária	178	10
1.2 Compulsória	1	-
1.3 Invalidez Permanente	42	-
1.4 Outras	1	-
2. Proporcional	164	2
2.1 Voluntária	161	-
2.2 Compulsória	2	2
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	386	12

Fonte: DW/Excel

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	233	16
1.1. Integral	128	-
1.2. Proporcional	105	16
2. Em Atividade	527	2
3. Total (1+2)	760	18

Fonte: DW/Excel

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

1 - Não temos como identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal em razão de termos informações única e exclusivamente da nossa Unidade Pagadora.

2 - Quando os Órgãos de Controle identificam algum servidor com indícios de acumulação ilegal é aberto procedimento administrativo para averiguação da legalidade ou não da acumulação.

3 - No quadro de pessoal desta Superintendência nenhum servidor acumula cargo, funções ou empregos públicos indevidamente.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Não se aplica

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	12	4	12	4
Concessão de pensão civil	18	3	68	13
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	4	-	4	-
Totais	34	7	84	17

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	2	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-

Totais	2	-	-	-
---------------	----------	---	---	---

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	12	-	-	-
Concessão de pensão civil	18	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	4	-	-	-
Total	34	-	-	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	2	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	2	-	-	-

*Acórdão TCU nº 6804/2012 * Acórdão TCU nº 7595/2012

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	01	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	01	-	-	-

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Indicador de Eficácia:

Formula de calculo (Nº de aposentadoria concedida/ Nº de aposentadoria solicitada) X 100
 $9/9 \times 100 = 100\%$

* Nº de concessão de aposentadoria em 30 dias

Indicador de Eficiência:

Formula de calculo (Nº de aposentadoria concedida/ Nº de servidores envolvidos na ação)
 $9/1 = 9$

* Mensuração da produtividade mensal na concessão de aposentadoria.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Recepcionistas	5	5	5	2007	
Copeira	1	-	-	2012	
Técnico em Teleprocessamento e Rede	1	1	1	2007	
Técnico Operacional em Rarewere	1	1	1	2007	

Fonte:

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Não houve substituição em decorrência de Concurso Público.					

Fonte:

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
<i>Não houve autorização pelo MP.</i>			

Fonte:

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	Nº 010/2006-Servi San Ltda.	06.855.175/0010-58	22.06.2006	22.06.2012	15		6	-	-	-	E
2011	L	O	Nº 013/2011	02.780.863/0001-54	28.12.2011	27/12/2013	15		8	-	-	-	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Ceará														
UG/Gestão: 130022							CNPJ: 00396895/0018-73							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2007	3	O	Nº 02/2007	04894089-38	02.07.2007	02.07.2011	F	-	-	-	-	-	-	E
2007	5	O	Nº 02/2007	04894089-38	02.07.2007	02.07.2012	F	-	-	-	-	-	-	E
2012	3	O	Nº 011/2012	05.856.054/0001-48	16.07.2012	01.03.2013	F	-	-	-	-	-	-	E
2012	5	O	Nº 011/2012	05.856.054/0001-48	16.07.2012	01.03.2013	F	-	-	-	-	-	-	E
2012	4	O	Nº 011/2012	05.856.054/0001-48	16.07.2012	01.03.2013	F	-	-	-	-	-	-	E

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens imóveis
9. Brigadistas
10. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
11. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	13	9	10	67.168,40
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	8	8	6	9	30.621,78
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	22	21	15	19	97.790,18

Fonte:

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos da SFA/CE é a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº3, de 15 de maio de 2008 do MP e PORTARIA MAPA nº 191 de 23/10/2012

a) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da SFA/CE visam atender as necessidades das áreas finalísticas com os trabalhos de fiscalização na Capital e no interior do Estado do Ceará, cumprindo plenamente as metas planejadas pelo setores do SISV, SISA, SEFAG DPDAG, VIGIAGRO (Porto do Pecém, Porto do Mucuripe e Aeroporto Internacional Pinto Martins).

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A quantidade de veículos em uso na responsabilidade da SFA/CE é em número de 53, Transporte de Servidores a Serviço, Grupo 8, tabela básica do SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores/MAPA, sendo: 33 (trinta e três) veículos cadastrados na situação Ativo – Bom, 11 (onze) veículos na situação Ativo – Médio e 9 (nove) na situação de Inativo- Ruim.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

A média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra, de 44 (quarenta e quatro) veículos cadastrados na situação Ativo - Bom e Ativo – Médio é de 43.641 quilômetros. Os 9(nove) veículos cadastrados na Situação Inativo – Ruim não foram utilizados no exercício de 2012.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;



A idade média da frota, por grupo de veículos da SFA/CE no exercício de 2012, é de 5(cinco) anos.

f) Custos associados à manutenção da frota;

Os custos associados à manutenção da frota de veículos da SFA/CE, com combustíveis, lubrificantes, peças, revisões periódicas, seguros obrigatórios e taxas no exercício de 2012, foram de R\$ 229.028,54 (duzentos e vinte nove mil, vinte oito reais e cinquenta e quatro centavos).

g) Plano de substituição da frota;

O Plano de substituição da frota da SFA/CE para o exercício de 2012 está no PAAV – PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, conforme documento anexo. Esclarecemos que no exercício de 2012 não houve aquisição de veículos.

PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - PAAV										
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS- SISG			01	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PEC. E ABASTECIMENTO				02	ANO	
				SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E BASTECIMENTO NO CEARÁ - SFA/CE					2012	
03 VEÍCULOS A ADQUIRIR					04 VEÍCULOS A SUBSTITUIR					
MARCA/TIPO/MODELO	COMBUSTIVEL	GRUPO	TRIMESTRE	QUANTIDADE	MARCA/TIPO/MODELO	PLACA	UF	ANO	GRUPO	
Pic-Up, Tipo Furgão 4x4-utilitário, 4 portas Para atender os serviços do SISV	Diesel	IV	2º/3º	2	Tracker	HWT-1362	CE	2001	IV	
Pic-Up, Cabine Dupla- 4x4	Diesel	IV	2º/3º	1	Ranger	HWV-2022	CE	2003	IV	
Caminhão D-40 ou Similar, com Baú Refrigerado, para atender SISA	Diesel	IV	2º/3º	1	Frontier	HXF-2124	CE	2005	IV	
Pic-Up Cabine Dupla 4x4, para atender SEFAG	Diesel	IV	2º/3º	2	Frontier	HXF-2114	CE	2005	IV	
Caminhão D-40 ou Similar com Baú, Para atender SEFAG	Diesel	IV	2º/3º	1	Gol	HUO-8544	CE	2005	IV	
Pic-Up Cabine Dupla 4x4, para Gabinete	Diesel	IV	2º/3º	1	Gol	HUO-7864	CE	2005	IV	
Pic-Up Cabine Dupla 4x4, para DDA	Diesel	IV	2º/3º	1	Gol	HUO-8504	CE	2005	IV	
Automóvel Tipo Sedan 4 portas 2.0	Flex	III	2º/3º	1	Gol	HUO-8474	CE	2005	IV	
Automóvel 1.8 4 portas, para atender SEFAG e SISA	Flex	IV	2º/3º	2	S-10	HVU-7929	CE	1998	IV	
05 RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES				06 APROVAÇÃO Chefe do SAD/SFA/CE						
Fortaleza/CE 14 / 03 / 2012				Fortaleza/CE 14 / 03 / 2012						
										
Cláudio de Holanda Evangelista Chefe do SAG SIAPE - 4076										

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

As razões de escolha da aquisição em detrimento da locação é que os veículos novos nos dois primeiros anos de aquisição tem uma manutenção baixa e também porque a SFA/CE tem em seu quadro funcional motoristas oficiais para atender as áreas finalísticas e administrativas

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A estrutura de controle existente na SAF/CE, para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente no exercício de 2012, é boa. Dois servidores foram capacitados em João Pessoa- PB, na área de transportes, objetivando trabalhar com o SCVA (Sistema de Controle de Veículos Automotores), contando ainda com 2(dois) servidores para auxiliá-los no controle da operacionalização do Sistema

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

A SFA/CE não possui frota de veículos contratada de terceiros

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Ceará	2	2
	Fortaleza	2	2
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
130022	1389.00441-500-7	12	5	2.624.970,00	17/08/2001	-	-	-	
130022	1389.00446.500-4	13	6	2.227.423,80	20/08/2001	-	-	-	
Total									

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso especial da União – SPIUnet

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinala aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.

	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(1) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(1) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(1) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
X	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
<p>A Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Ceará encontra-se interligada ao sistema de informação da rede MAPA, dando suporte aos principais processos de negócios da instituição, não necessitando de contratações de sistemas particulares, pois essas informações são fornecidas diretamente pelo SIC da rede MAPA e disponibilizados no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apresentando um nível de informação acima de 60%, sobre cultura, registros, autorizações, notícias, mercado interno, exportação, importação, estatísticas, armazém, legislação, pesquisas e desenvolvimentos. São informações que levam o Brasil a ser o primeiro produtor de café, açúcar, etanol e suco de laranja, com demonstração de cada segmento e tornando a agricultura brasileira moderna, eficiente e competitiva.</p> <p>A pesquisa acima citada somente seria produtiva se fosse focada no sistema da rede MAPA, tratando-se dessa Instituição não temos dados suficientes para informar todos os itens solicitados, como por exemplo, o item 1 sobre o Plano Estratégico e a alta Administração que fica no Distrito Federal; o item 2 sobre o desempenho institucional da gestão e de uso de TI, onde os dados são armazenados na central que não temos acesso; item 4 –Plano Diretor que é feito na Sede com os resultados obtidos naquele sistema. Enfim para os receptadores de um sistema único de informação, acreditamos que esse questionário não atinja o percentual de 100% em suas respostas.</p>	

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Selo do IMETRO, embalagens recicláveis e outros.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<ul style="list-style-type: none"> A divulgação é realizada, internamente, por meio de comunicações oficiais. 					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$
1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Não houve.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1.069	1.061	1.200	9.812,96	9.630,76	11.873,68
Água	3.127	2.637	1.805	25.971,07	19.009,31	10.752,61
Energia Elétrica	414.768	334.319	385.242	196.050,97	202.405,33	254.137,78
			Total	231.835,00	231.045,40	276.764,07

Fonte: Setor Financeiro da SFA/CE.

Obs: Unidades utilizadas na quantidade:

Papel - resma.

Água - metro cúbico

Energia Elétrica - Kw

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 015.274/2010-1	1790/2012	9.5	DE	Comunicação Processual Controle nº 48171-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Descrição da Deliberação					
<p>9.5 determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará – MAPA que:</p> <p>9.5.1 faça cessar, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta decisão, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa e de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;</p> <p>9.5.2 proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, à correção do cálculo da GDATA na folha de pagamento da beneficiária Brulina Nogueira Martins, a fim de que os seus valores sejam proporcionalizados na razão de 33/35;</p> <p>9.5.3. emita no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de concessão de pensão em favor da Sra. Brulina Nogueira Martins (CPF: 725.780.173-87), com os valores da GDATA devidamente corrigidos, submetendo-o à apreciação do Tribunal, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;</p> <p>9.5.4. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Sra. Brulina Nogueira Martins (CPF: 725.780.173-87), alertando-a que a interposição de eventual recurso não a eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso de o recurso não ser provido;</p> <p>9.5.5. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam aos demais pensionistas.</p> <p>9.5.6. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30(trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta Decisão.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-CE					78840
Síntese da Providência Adotada					
<p>a) o cálculo da GDATA foi corrigido na folha de pagamento da beneficiária supracitada no subitem 9.5.2, na proporção de 33/35, bem como os novos valores cadastrados no SISAC;</p> <p>b) os pensionistas tomaram conhecimento do inteiro teor do acórdão, por meio dos OFICIOS GAB/SFA-CE nºs 840 a 846;</p> <p>c) os comprovantes da data em que os interessados tomaram ciência da deliberação, objeto deste acórdão, foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União, por meio do OFICIO/GAB/SFA-CE nº 1353, de 8 de junho de 2012.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As determinações contidas nos subitens 9.5.1 a 9.5.6. foram cumpridas integralmente.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG

Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 016.532/2011-2	2772/2012-TCU- Primeira Câmara	9.4.	DE	Comunicação Processual Controle nº 51284-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Descrição da Deliberação					
<p>Determinar à Superintendência Federal de Agricultura no Ceará que adote medidas para:</p> <p>9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que os interessados relacionados no item 9.2 tiveram conhecimento do acórdão.</p>					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-CE					78840
Síntese da Providência Adotada					
<p>a) os pensionistas foram notificados do inteiro teor do acórdão, por meio dos OFÍCIOS GAB/SFA-CE nºs 1504 a 1519;</p> <p>b) os ajustes necessários foram efetuados e os pagamentos referentes aos atos considerados ilegais, pelo Tribunal de Contas da União, excluídos da folha de pagamento.</p> <p>c) os comprovantes da data em que os interessados tomaram ciência da deliberação, objeto deste acórdão, foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União, por meio do OFÍCIO/GAB/SFA-CE nº 1698, de 13 de julho de 2012.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As determinações contidas nos subitens 9.4.1 a 9.4.3. foram cumpridas integralmente.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 018.564/2011-9	3424/2012-TCU- Primeira Câmara	9.3	DE	Comunicação Processual Controle nº 53131-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Descrição da Deliberação					
<p>Determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:</p> <p>9.3.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação às beneficiárias, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-CE					78840
Síntese da Providência Adotada					
<p>a) o pagamento da beneficiária Glória Nascimento de Castro foi excluído da folha de pagamento, porém em virtude da interposição de Pedido de Reexame, conhecido pelo Tribunal de Contas da Contas, os efeitos dos itens 9.1 e 9.3.1. foram suspensos;</p> <p>b) as pensionistas foram notificados do inteiro teor do acórdão, por meio dos OFÍCIOS GAB/SFA-CE nºs 1702 e 1703;</p> <p>c) os comprovantes da data em que os interessados tomaram ciência da deliberação, objeto deste acórdão, foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União, por meio do OFÍCIO/GAB/SFA-CE nº 1829, de 25 de julho de 2012.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>As determinações foram cumpridas, no entanto o Tribunal de Contas da União negou provimento ao pedido de reexame interposto pela recorrente, por meio do Acórdão nº 7595/2012 – TCU - 1ª Câmara, publicado posteriormente no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2012.</p>					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	012.915/2007-2	1702/2009-TCU - 1ª Câmara	1.5.1	DE	OFÍCIO Nº 784/2009-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Descrição da Deliberação					
Providencie a documentação hábil que respaldou o recebimento e o registro patrimonial de bens entregues pela empresa STOK, no exercício de 2002, totalizando um conjunto de 220 cadeiras e 153 móveis diversos, com vistas ao cumprimento do disposto no item 3.2. da IN/SEDAP nº 205/88.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Administração – SAD/SFA-CE					20524
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O assunto é objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº 21000.002351/2005-48 que se encontra em tramitação na Controladoria-Geral da União, em Brasília, para analisar e fornecer subsídios. A AECEI/MAPA está acompanhando a tramitação do referido processo.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	Tomada de Contas nº 022.674/2010-1	841/2011, referente ao Acórdão/TCU nº 6565/2009 - Primeira Câmara,	c)	DE Acórdão/TCU nº 6565/2009	OFÍCIO Nº 345/2011-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará					2789
Descrição da Deliberação					
Alertar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará –SFA/CE que: a manutenção indevida de saldo nas 1.1.2.2.9.03.00 – Desfalques ou Desvios. e 1.1.2.2.9.08.00 – Falta ou Irregularidade de Comprovação contraria a determinação proferida no item 1.5.2 do Acórdão/TCU nº 6565/2009 – Primeira Câmara, conforme mencionado nos parágrafos 36 a 40 da instrução					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
A baixa dos saldos nas contas do Sistema SIAFI ressaltados só poderá ser efetivada mediante comprovação da quitação dos débitos perante o Tribunal de Contas da União.					
O TCU instaurou as seguintes cobranças executivas originárias de Processos de Tomada de Contas –TC/TCE:					
Identificação do Lote/Processo	Assunto do Processo				Situação em 31.12.2012
014.646/1997-8	Cobrança executiva originária da TCE-275.473-95-3. Data: 7.11.1997				Encerrado
018.836/2005-8	Cobrança executiva de multa, originária do Acórdão 258/2003-TCU-2ª Câmara – TC-299.008/1995-9. Data: 24.10.2005				Apensado
017.050/2001-6	Cobrança executiva originária do TC-012.416/1999-1-Acórdão 368/2001-TCU 2ª Câmara – DFA-CE. Data: 12.12.2001.				Encerrado
A Procuradoria da União no Estado do Ceará instaurou ações de execução fundadas em título extrajudicial, cujos processos judiciais estão em tramitação na Justiça Federal – Seção Judiciária do Ceará:					
Nº do Processo	Acórdão	TC	Data ajuizamento	Situação (últimos procedimentos-2012)	
0003579-86.1998.4.05.8103 (98.00035796)	316/97-2ªC DÉBITO	275.473/1995-3	3.3.1998	17.12.2012 – Recebimento. Usuário: AAD 16.10.2012- Remessa externa para ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO.	
0005688-43.2002.4.05.8100 (2002.81.00.005688-5)	368/2001	012.416/1999	18.4.2002	5.12.2012 – Juntada. Petição diversa 31.10.2012 – Remessa externa para PROCURADOR 22.6.2012 – Despacho. Usuário:	

				RLV (cumprimento de sentença)
0011035-18.2006.4.05.8100 (2006.81.00.011035-6)	258/2003-2ª C	299.008/1995-9	22.6.2006	2012 – ----- 14.10.2011 – Expedido - Carta 26.9.2011 – Remessa externa para ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO.
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
SECONT/SE/MAPA				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
Em face dos responsáveis não terem quitado seus débitos perante o Tribunal de Contas da União, motivo que gerou a instauração das cobranças judiciais por parte da Procuradoria da União no Estado do Ceará, a SFA/CE está acompanhando a tramitação dos processos judiciais, bem como aguardando a conclusão final para providenciar a baixa dos saldos das contas no Sistema SIAFI, junto à SECONT/MAPA.				

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203384	2.1.1.1	Ofício nº 21900/2012/ NAC-1/CGU-Regional/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Descrição da Recomendação			
A SFA/CE deverá utilizar-se do contrato licitado para aquisição de combustível quando os veículos da Unidade, na ocasião de suas viagens, tiverem como ponto de partida a capital do Estado, deixando a utilização de estabelecimentos comerciais não licitados para as ocasiões em que estiver realmente caracterizado o caráter excepcional das despesas em sede de suprimento de fundos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Administração – SAD			20524
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do Memorando Circular nº 93/2012-GAB/SFA-CE, expedido em 12 de junho de 2012, todos os servidores foram comunicados acerca da nova sistemática de abastecimento de veículo oficial, por ocasião de suas viagens, quando partirem da capital.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A medida está sendo adotada, no âmbito da SFA-CE, por todos os servidores que utilizam veículos oficiais por ocasião de suas viagens, partindo da capital. A CGU/CE considerou atendida a recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203384	4.1.1.1.	Ofício nº 21900/2012/ NAC-1/CGU-Regional/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Haja vista o prazo de 90 (noventa) dias solicitado para conclusão do cadastramento dos atos concessórios no SISAC, a Unidade deverá apresentar a situação atual do adimplemento dos cadastros, apresentando, ainda, a previsão de conclusão de registro dos referidos atos.</p> <p>Recomendação 2: A Unidade deverá implementar rotinas que permitam suplantar as dificuldades mencionadas em sua justificativa, tais como planificação de metas periódicas de cadastramento e capacitação de servidores, de modo a manter em dia os registros dos atos concessórios no Sistema SISAC, nos termos determinados na IN/TCU nº 55/2007.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-CE			78840
Síntese da Providência Adotada			
Os atos concessórios de aposentadoria e pensão foram cadastrados no SISAC. Havia somente um ato de concessão de pensão pendente, que foi cadastrado no sistema e o processo encaminhado à CGU/CE por meio do OFÍCIO GAB/SFA-CE Nº 2284, em 20 de setembro de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os resultados refletem a real situação positiva do adimplemento dos cadastros.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203384	5.1.1.1.	Ofício nº 21900/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Adotar as providências necessárias visando capacitar e habilitar servidor para a utilização do Sistema SIASG</p> <p>Recomendação 2: Instituir sistemática de verificação do atendimento das informações exigidas no SIASG, de tal forma que a autoridade pertinente seja municiada tempestivamente das informações acerca de eventuais pendências no sistema.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Administração – SAD/SFA-CE			20524
Síntese da Providência Adotada			
<p>A SFA/CE designou servidora que realizara treinamento, em Brasília, para utilizar o Sistema de Gestão de Contratos – SISCONV/SIASG.</p> <p>A sistemática de verificação do atendimento das informações está sendo adotada e os resultados apresentados por meio de relatórios emitidos pelo SIASG.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Resultados satisfatórios.</p> <p>A CGU/CE considerou atendida a recomendação.</p>			

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201203384	1.1.1.1.	Ofício nº 21900/2012/ NAC-1/CGU-Regional/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Providenciar a documentação que respaldou o recebimento dos bens, seja junto ao MAPA ou buscando cópia das Notas Fiscais que porventura existam no Processo nº 21000.002351/2005-48</p> <p>Recomendação 2: Apresentar a esta Regional de Controle, os documentos que respaldaram o recebimento dos referidos bens.</p> <p>Recomendação 3: Comprovar a execução do devido registro patrimonial dos bens, deixando, assim, evidenciado o atendimento à determinação proferida pelo Tribunal de Contas da União.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Administração – SAD/SFA-CE			20524
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Os bens, objeto do Acórdão nº 1702/2009, recebidos em 2002, por servidor demitido do quadro de pessoal da ex-Delegacia Federal de Agricultura no Ceará – DFA-CE, compõem o Processo Administrativo Disciplinar nº 21000.002351/2005-48, que se encontra em tramitação na Controladoria Geral da União – CGU/BSB.</p> <p>A Assessoria Especial de Controle Interno – AECI/MAPA está acompanhando o andamento dos trabalhos.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203384	4.1.1.2	Ofício nº 21900/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Descrição da Recomendação			
A Unidade deverá implementar rotinas que permitam manter em dia os registros dos atos concessórios no Sistema SISAC, assim como disponibilizá-los ao órgão de controle interno no prazo determinado na IN/TCU nº 55/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-CE			78840
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Seção de Gestão de Pessoas designou servidora para implementar o controle interno (manual) com vistas à atualização dos registros dos atos concessórios no SISAC.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203384	6.1.1.1.	Ofício nº 21900/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Descrição da Recomendação			
Recomendações: 1.Cobrar do convenente a apresentação da prestação de contas anual, prevista na Cláusula Décima Terceira do Convênio nº 756014/2011. 2.Recomendação: Comprovar a conclusão da análise da prestação de contas do Convênio nº 744510, esperada inicialmente para 07/05/2012 (noventa dias após a apresentação da Prestação de Contas), conforme previsto no termo de convênio, haja vista que os registros no SICONV, em 8.6.2012, permanecem na situação “Prestação de Contas em Análise”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
1.Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA 2. Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
1.O Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA encaminhou o Fax nº 007/2012, em 3 de agosto de 2012, à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI, solicitando ajustes referentes à prestação de contas do Convênio nº 756014/2011, no prazo de quinze dias, prorrogado por trinta dias.A prestação de contas do referido convênio foi analisada, cujo parecer fora favorável com ressalvas, haja vista a existência de pendências relativas à devolução de diárias, no valor de R\$ 4.389,60 (quatro mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). A convenente requereu à SFA/CE a prorrogação do prazo de prestação de contas anual até 30 de dezembro de 2012, deferido por meio do OFICIO GAB/SFA/CE nº 2967, de 4 de dezembro 2012.			

2. A prestação de contas do Convênio nº 744510/2012 foi aprovada e atualizada no Sistema SICONV.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201203384	6.1.1.2.	Ofício nº 21900/2012/NAC-1/CGU-Regional/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará			2789
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação:</p> <p>A Unidade deve, doravante, cumprir tempestivamente com suas obrigações de controle, acompanhamento e fiscalização sobre a execução dos convênios, de forma a garantir a plena regularidade dos atos praticados na execução do objeto pactuado, concorrendo, assim, para que eventuais irregularidade constatadas no decorrer de sua execução possam ser saneadas tempestivamente..</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-CE			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>O Chefe da DDA manifestou-se sobre a recomendação comprometendo-se a exigir dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos próximos convênios, bem como dos respectivos chefes imediatos, um cronograma mensal de acompanhamento, ocorrências e correções, em consonância com a legislação pertinente aos convênios, além da periodicidade constante do Sistema SICONV.</p> <p>Ademais ressaltou que as novas portarias de designação de analista e acompanhante de convênios incluirão um segundo servidor para suprir as demandas na ausência do fiscal titular nas áreas animal e vegetal.</p>			

DECLARAÇÃO

Eu, ANA MARIA COUTINHO DOS SANTOS SILVA, CPF nº 106.752.562.91, (Chefe Substituta do SCC/SAD/SFA/CE), com exercício na (Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará), declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos no sistema SIASG, apartir do exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Fortaleza, 21 de fevereiro de 2013.


ANA MARIA COUTINHO DOS S. SILVA

Chefe Substituta do SCC/SAD/SFA/CE

CPF nº 10675256291

DECLARAÇÃO

Eu, José de Anchieta Magalhães, CPF nº 113.356.023-72, Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/SAD/SFA/CE, com exercício na SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO NO CEARÁ, declaro junto aos Órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios firmados no exercício de 2012 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Fortaleza, 02 de janeiro de 2013.


José de Anchieta Magalhães
Chéfe SEOF/SAD/SFA/CE

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

- a) A Unidade não está aplicando.
- b) A Unidade não está aplicando os dispositivos contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10, tendo em vista que o Ministério da Agricultura ainda não implantou o sistema nas SFA's.
- c) Não está sendo usado
- d) Não está sendo usado
- e) Não está sendo usado
- f) Não está sendo usado
- g) Não é possível mensurar o impacto, tendo em vista que a SFA/CE não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

12.1.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

QUADRO A.11.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO/ CE		130022	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p style="text-align: center;">Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n.º	006624/T-8 GO

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Não se aplica

ANEXOS

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	11.111.924,15	1.263,03	10.267.509,27	2.859.170,55	768.652,05	188.080,00	31.848,64	4.962,96	87.231,24	25.320632,89
	2011	10.761.459,74	6.321,57	10.434.566,31	3.155.319,54	772.458,31	187.829,00	51.038,31	-	33.420,40	25.402.313,18
	2010	10.508.365,78	12.458,57	10.479.345,09	2.843.471,95	815.868,02	153.566,00	29.613,67	-	109.128,32	24.951.817,38
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	59.631,10	-	-	-	7.048,19	2.194,00	-	-	-	68.873,29
	2010	192.882,30	-	58.696,80	14.838,04	15.823,64	3.231,54	-	-	1.138,08	286.610,40
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											

Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	635.305,99	115.129,23	744.010,34	159.002,14	27.138,80	13.947,68	-	-	-	1.694.534,18
	2011	676.036,06	128.839,08	834.394,45	183.485,36	29.518,00	16.778,02	-	-	-	1.869.050,97
	2010	739.265,67	128.478,69	794.642,29	170.059,44	33.815,79	8.820,60	-	-	3.368,34	1.878.450,82
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	843.257,11	78.195,19	422.832,12	137.100,36	70.323,32	27.109,72	5.401,45	-	139,42	1.583.908,69
	2011	545.161,50	65.801,09	222.933,90	59.234,49	56.795,21	26.125,79	2.113,88	-	-	978.165,86
	2010	837.553,16	84.165,57	410.503,42	120.017,34	75.837,81	33.323,06	1.832,83	-	600,43	1.563.833,62

Fonte: SIAPE

	Anos	Total	Média Mês
Exercícios	2012	28.599.075,76	2.383.256,31
	2011	28.318.503,30	2.359.875,28
	2009	28.680.712,22	2.390.059,35